

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano VII • Nº 187 • De 5 a 18 de abril de 1984 • Cr\$ 300,00

20 anos de ditadura



Especial

Nesta edição, oito páginas de balanço dos vinte anos da ditadura: a história de um poder usurpado (pág. 5); a memória dos crimes, das torturas e dos militantes que tombaram (págs. 6 e 7); um balanço da corrupção (pág. 10 e 11) e da crise econômica (pág. 12).

BASTA!

São Bernardo
Nova tática na luta
contra a CLT
(págs. 2 e 3).

As novas táticas da luta dos Minar primeiro e golpear depois

Após votarem por unanimidade pela recusa da oferta dos patrões, os metalúrgicos de São Bernardo já colocam em ação a operação-tartaruga. A tática é minar o estoque acumulado pelos patrões e forçá-los a ceder.

A preocupação com a possível greve dos metalúrgicos entre as grandes empresas metalúrgicas tem sido muito grande. Se preparam para o confronto com bastante antecedência.

Durante a última semana repórteres do jornal **Folha de São Paulo** descobriram que a Volkswagen estava retirando os carros do pátio da fábrica e transportando-o para um sítio próximo de São Bernardo.

Jair Meneguelli, presidente do Sindicato (cassado pelo governo) denunciou na Assembléia de sábado passado que também a BRASTEMP estava retirando os seus produtos da fábrica. Segundo Jair, enquanto ele esteve na porta da Brastemp convocando os trabalhadores para a assembléia, viu sair quinze caminhões.

A preparação patronal para resistir a greve era tal que um diretor da FIESP, em declaração prestada à **Gazeta Mercantil**, levantou o fato das montadoras estarem fazendo estoques "preventivos" como uma das causas do aumento da produção de veículos em fevereiro (que aumentou 18,1% em relação a janeiro).

O por quê da preparação patronal foi sentida na mesa de negociação: não abriram mão do índice oficial (do decreto-lei 2065), não aceitando os 83,3% reivindicados, não cedendo um milímetro à reivindicação de estabilidade no emprego e comissões de fábrica.

Alguns órgãos da imprensa burguesa alardearam que a "tática" dos patrões era a de fazer concessões para evitar a greve: para tanto as empresas ofereceram um abono que, na prática, não significava mais do que 60% do salário nominal dos operários das grandes fábricas (que ganhavam o maior abono). Este abono tinha a finalidade de fazer os metalúrgicos "engolirem" o aumento do decreto-lei 2065, o que implicava em perdas salariais que variavam de 13,4 a 36,8%.

Vamos deixar barato este assalto?

Esta pergunta era feita no boletim do Sindicato que convocou as duas assembléias que recusaram as propostas patronais.

As assembléias foram realizadas na própria sede do Sindicato, ainda sob

Por Laan Izidoro



Inéz Guerreiro

Não faltam motivos para lutar

De 1980 a 1983, o número de metalúrgicos passou de 145.000 para apenas 109.000. Interessante notar que nem sempre esta diminuição da oferta de emprego significou a diminuição no volume de produção.

Na Volkswagen, por exemplo, apesar do número de operários ter diminuído em 15.000 (entre 81 e 83), a produção total aumentou. Em compensação, se a produção anual de um trabalhador em 81 foi de 8,2 carros, em 83 passou a mais de 10 carros por ano.

Um outro exemplo é o da comparação entre o aumento da produção da indústria

automobilística paulista entre janeiro e fevereiro de 84: enquanto a produção aumentou em 18,1%, o nível de emprego caiu em 0,2%.

Em São Bernardo, o efeito combinado da recessão com a entrada de inovações tecnológicas sem o controle operário nos dá este negro quadro.

Quanto a faturamento e salários, o de sempre: as empresas continuam lucrando às custas do operário. Entre 80 e 83, a inflação atingiu o índice de 454,1%, o faturamento da Volks, cresceu em 461,8% e o gasto com salários caiu em 38,2%.

intervenção do Ministério do Trabalho. Na primeira, realizada na sexta a noite, três mil metalúrgicos que se reuniram na porta do Fundo de Greve (que fica na frente do Sindicato) entraram "discretamente" na sede. No sábado, apesar do interventor ter trancado as portas, não conseguiu evitar que mais uma assembléia de três mil metalúrgicos fosse lá realizada.

Além da retomada da sede do Sindicato, os metalúrgicos impuseram uma outra importante conquista: a representante oficial dos metalúrgicos nas negociações é a diretoria cassada pelo governo, mantendo o que já havia ocorrido em novembro e dezembro do ano passado, quando o 2065 foi derrotado pela primeira vez em São Bernardo.

Nas duas assembléias realizadas houve

unanimidade: recusada a proposta dos patrões e definida a luta que começa com a operação-tartaruga.

A operação-tartaruga

As assembléias discutiram e aprovaram um plano de luta que visa atingir em cheio os estoques das empresas: nenhuma hora-extra e a operação-tartaruga que visa reduzir a produção no mínimo até a metade da atual.

Durante toda a luta haverá um processo permanente de avaliação dos passos dados, das reações patronais e será sempre avaliada a tática a ser empregada pelos operários.

Durante a Assembléia, Jair Meneguelli, fez um balanço das greves já realizadas e das diversas táticas que foram empre-

gadas pelos metalúrgicos: as greves na fábrica, as greves fora da fábrica, as greves com ocupação de fábrica.

Afirmou que a greve é para ser feita quando os trabalhadores julgarem-na oportuna e não quando os patrões estiverem bem preparados. Ficou claro o papel que a operação-tartaruga terá no sentido de reduzindo a produção, aumentar o poder de pressão dos trabalhadores, forçando assim aos patrões a negociar e aceitar as reivindicações operárias.

Já demonstrando a capacidade dos trabalhadores, dois informes foram dados na assembléia de sábado.

O primeiro foi o da Volks Caminhões: apenas 20 operários de uma seção, em uma operação tartaruga, conseguiram reduzir a produção diária de 29 para 14 caminhões.

O segundo, da Motores Perkins dos 120 motores produzidos na sexta, só 80 seriam produzidos no sábado e 40 na segunda.

Previsão que foi confirmada na terça-feira, quando o sucesso da operação estava evidente. Na Ford, por exemplo, a produção caiu em 70%, segundo a comissão de fábrica.

As comissões se multiplicam

O que dá força para este método de luta no ABC é a organização nas fábricas. Aberta ou não, legal ou não, há inúmeras comissões funcionando. Muitas já com uma larga experiência de luta, testada em outras conjunturas.

Diferentemente das primeiras operações tartaruga, do início do ascenso do movimento operário no período 74-77, estas operações tartaruga têm por detrás uma desenvolvida organização operária e se articula como um momento da luta mais geral que se desenvolve.

No processo de luta, esta organização nas fábricas está apta a sustentar a realização de greves com a presença ativa dos operários no interior das próprias empresas. Já na luta pelo último reajuste semestral, o decreto-lei 2065 caiu pela pressão que no interior das fábricas os trabalhadores exerciam sobre a diretoria das empresas, que acabaram forçadas a negociar e a ceder.

Toda esta evolução, que passa pelas greves dos braços cruzados (78), pelas greves das grandes assembléias da Vila Euclides (79-80) e chega à greve geral de 21 de julho e às greves com ocupação no segundo semestre de 1983, é que faz com que os patrões se armem e temam tanto o movimento do ABC.

Professores/São Paulo — Em greve contra Montoro

Os professores paulistas comemoram da melhor forma possível a passagem dos vinte anos da ditadura: vinte mil professores, diretores e supervisores de ensino da rede estadual, em assembléia, decretaram greve a partir do dia 4 de abril, quarta-feira.

Esta greve é o resultado, por um lado, da situação insustentável dos 200 mil profissionais do magistério do Estado de São Paulo. O governo "democrático" do Sr. Franco Montoro tem demonstrado cada vez mais claramente que não veio "para mudar", mas para piorar. Em dezembro de 1983, os professores recebiam pouco mais de 30% do seu salário em março de 1979. Atualmente, um professor de primeira a quarta série (professor I), com jornada de 20 horas aula, recebe exatamente Cr\$ 120.020,00, ou seja,

2,1 salários mínimos. Um professor III, recebe Cr\$ 145.886,00, equivalentes a 2,6 salários mínimos.

Por outro lado, todo este processo de luta é também o resultado de uma intensa mobilização, de um trabalho cotidiano de organização, que vem ainda do ano passado. Em novembro, oito mil professores foram às ruas de São Paulo protestar contra a política econômica do governador Montoro, enquanto manifestações semelhantes aconteciam em Santos, Campinas, Presidente Prudente, São José dos Campos. No dia 17 de março, uma assembléia no Pacaembu — onde a diretoria da Apeoesp tudo fez para barrar a proposta vencedora — decidiu por um dia de paralisação, com concentração diante do Palácio dos Bandeirantes.

A unidade do magistério

Apesar da assembléia confusa e desgastante, a categoria foi à luta. Surpreendendo a própria direção, mais de quinze mil professores compareceram à janela do governador Franco Montoro, para gritar: "O povo elegeu, mas já se arrependeu". As reivindicações — 70% de reajuste já; reajuste semestral real a partir de julho; recuperação das cinco referências; e eleições diretas para delegados de ensino — receberam um sonoro NÃO, do governo do estado, que pretende ceder apenas uma esmola de 10%, através da recuperação de duas referências.

Esta negativa foi a base para a unificação da ação das quatro entidades representativas do professorado (Centro do Professorado Paulista e APEOESP), dos supervisores de ensino (APASE) e dos diretores de escolas (UDEMO) e

também, para a radicalização do magistério, que já saiu da porta do palácio gritando "greve!"

Este grito chegou até as escolas, foi minuciosamente debatido (como fazer greve? quando?) e levou vinte mil profissionais do ensino à

assembléia do dia 31 de março. Decidida a greve, os professores saíram em passeata pelo centro de São Paulo, cantando e gritando contra o governador — apelidado de Montoruf —, por melhores salários e pela melhoria do ensino.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sergio Moura, Virginia Pinheiro.
Jornalista Responsável: Vilma Amaro — Reg. MTPS N.º 9.149.
EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC 46.093.549/0001-10.
Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30000; **Porto Alegre:** R. Fernando Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90.000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1414 — CEP 20031; **Vitória:** Caixa Postal 1427 — CEP 29000; **Natal:** Caixa Postal 1550 — CEP 59072; **Campinas:** Caixa Postal 5010.

metalúrgicos de São Bernardo

Um passo ousado contra as intervenções

Lula, Meneguelli e outros antigos diretores do sindicato, apesar de cassados, vão entrar na chapa que concorrerá às próximas eleições sindicais. Um novo ataque à legislação sindical fascista que cassa por toda a vida o direito de dirigentes sindicais cassados concorrerem em eleições.

Superar na prática a estrutura sindical fascista. Com esta disposição, a assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com a participação de cerca de 400 ativistas, membros de comissões de fábricas, cipeiros, aprovou uma chapa em que quatro diretores cassados pelo governo concorrerão às eleições sindicais.

Além de aprovar a participação de Jair Meneguelli (como presidente), Lula, Vicentinho e José Candido, a assembleia, a partir da indicação das várias fábricas da região, aprovou um conjunto de 24 nomes que formarão a chapa que concorrerá às eleições dos dias 2 a 6 de julho próximo.

Um novo projeto sindical

Antes da discussão da composição da chapa, foi realizado um extenso debate sobre o projeto sindical que a nova diretoria deverá implementar. Neste projeto destacam-se três preocupações centrais. A primeira é a de garantir a continuidade do processo político do sindicato, evitando qualquer quebra na evolução da categoria. A segunda é a de estar o conjunto da categoria coesa e com um acúmulo de experiências suficientes para enfrentar as cada vez mais complexas tarefas colocadas à sua frente. E a terceira é a necessidade de conseguir expandir a experiência de São Bernardo para todo o país, impulsionando o processo de consolidação da CUT.

Prevenir a intervenção

Todas essas preocupações foram discutidas a partir do processo que a categoria enfrentou desde a década de 70, particularmente as três intervenções que o sindicato sofreu em 79, 80 e 83, com as intervenções a luta prosseguia. Porém é inegável que o movimento sofreu muito, as condições materiais para mobilizar a categoria ficaram prejudicadas, diminuídas.

Exemplos até mesmo folclóricos não faltaram: por mais de uma vez, durante a atual campanha salarial, não foi possível realizar



reuniões em portas de fábrica, porque o carro de som do Fundo de Greve quebrou no meio do caminho... Enquanto isso, o som do sindicato estava parado na sede, nas mãos do interventor.

Ainda, quando da última intervenção ficaram nos cofres do sindicato mais de 1 bilhão e meio de cruzeiros. Enquanto isso, a diretoria foi obrigada a lançar a "Campanha dos 100", para que cada metalúrgico contribuisse com cem cruzeiros para a sustentação do trabalho sindical, que por muitas vezes foi mal compreendido até pela própria categoria.

"Diretoria aqui em S. Bernardo só não é cassada em um ano se se apelegar", afirmava Lula durante a Convenção. "Por isso, nós não podemos mais ser pegos desprevenidos. Quando vier a intervenção, o Sindicato tem que ter gráficas fora do sindicato, precisa ter carro de som; temos que aumentar a mensalidade e dar metade para o Fundo de

Greve. A lei não permite, mas temos que descobrir um meio de fazer isso", conclui Lula.

Dar um passo adiante

E Lula prosseguia em seu raciocínio: "Até quando a categoria vai eleger a diretoria e eles vão cassá-la?"

A cada diretoria cassada, abre-se a possibilidade de uma experiência se perder, não se reproduzir à categoria, e com isso chegar até à destruição de quadros. A cada nova diretoria, é todo um trabalho que tem de ser recomeçado. E o avanço e a politização se dá na acumulação dessa experiência.

Por outro lado, os patrões e o Ministério do Trabalho têm de reconhecer as diretorias cassadas como os legítimos representantes da categoria. Isso, na prática, vem sendo conseguido, pois na hora da negociação é com a diretoria cassada que a FIESP quer conversar, pois sabe que negociar com o interventor não resolve...

A idéia é dar mais um passo, com a inclusão dos cassados na nova diretoria.

A construção da CUT

Outra preocupação central lembrada por Jair Meneguelli foi a necessidade de que os metalúrgicos de São Bernardo, além de cuidarem da sua luta na categoria, levassem suas experiências para todo o país. Lula emenda, em seguida: "Não basta afirmar que a maioria dos outros dirigentes sindicais não fazem greve, temos de levar a experiência de São Bernardo a todo o país, e cobrar a mesma postura destes dirigentes".

A experiência vivida pelos metalúrgicos de São Bernardo, a situação atual do movimento sindical nacional, leva Jair a conclusão de que não vale a pena ser cassado por uma guerra isolada na categoria. "Hoje, para uma diretoria ser cassada, teria que ser por um motivo muito mais amplo".

Talvez, como ponto principal deste novo projeto de atuação sindical, aprovado pela assembleia, fica frisado o grande investimento que será feito no movimento sindical nacional, particularmente na construção da CUT.

Cassados na nova chapa

Discutido e aprovado o projeto sindical, passou-se à discussão e composição da chapa. Lula, defendendo a inclusão dos outros três cassados pelo governo, colocou na mão da assembleia a sua indicação, logo aprovada.

O caráter democrático da composição desta chapa foi expressado nas discussões dos nomes, quando a assembleia chegou até a alterar nomes de pessoas indicadas pelas fábricas. Foi também aprovada a criação do Conselho Consultivo do sindicato, formado pelos presentes àquela assembleia, que terá a tarefa de fiscalizar, discutir, apoiar a implementação do projeto aprovado na assembleia.

Todo esse processo aponta para uma tripla ruptura com a estrutura sindical, encaminhada por S. Bernardo: a combatividade, a derrota das leis anti-greve e o enfrentamento do arrocho; a conquista das comissões de fábrica e a luta por um sindicato que efetivamente sirva aos trabalhadores, cada vez mais livres das amarras da CLT.

São passos que só se consolidarão quando a experiência e o exemplo de São Bernardo for geral no país. O que exige um intenso esforço na construção e consolidação da CUT.

Espírito Santo

Oposição perde no Vale do Rio Doce

Apesar de todo o trabalho feito, a Chapa 1, Araçá, que disputou às eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários de Vitória — ES, o qual agrupa os funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, não conseguiu bater o pelego, que há três anos dirige a entidade.

Mesmo ganhando na maioria das urnas, e nos locais onde se agrupa o maior número de trabalhadores da produção (pelotização, metalúrgicos) a chapa 1 foi derrotada principalmente pela força dos aposentados. A chapa 2, encabeçada pelo atual presidente, Alcyrr Correa, concentrou seu trabalho basicamente nos aposentados e isso lhe possibilitou a vitória. Pois uma segunda chapa, chapa 2, fez o trabalho que ele não poderia fazer: tirar votos, dentro dos setores mais ligados à produção, da chapa 1. A soma das duas chapas, 1 e 2, atingiu 3.302 votos, contra 2.437 do pelego. E a chapa 1 obteve 1.953, contra 1.349 da 2.

Este resultado veio comprovar o trabalho feito pelos integrantes da chapa 1, que foi vitoriosa em 11 das 23 urnas apuradas. A urna de votos por correspondência foi anulada, sem ter sido apurada, pois os votos não foram postados no correio, e sim remetidos para o Sindicato, onde ficaram à disposição do atual presidente, sem nenhuma fiscalização. A vitória teria sido possível, se houvesse uma unidade entre as duas chapas de oposição, se a chapa 2 não tivesse negado a discutir uma composição com a chapa 1, como lhe foi proposto.

Continuar o trabalho.

Apoiado pela direção da CRVD, pelos reformistas do PCB e pelos apoiadores da **Tribuna da Luta Operária**, a Chapa 3 organizou um dos processos mais corruptos da vida sindical capixaba. Foi usado dinheiro da entidade sindical para, literalmente, comprar votos, chegando ao cúmulo do sindicato, que

tem um orçamento de 1 bilhão e duzentos milhões para este ano, ficar sem dinheiro para pagar seus 300 funcionários. Que ainda estão com os salários atrasados.

A chapa 1, enfrentou inúmeras dificuldades, recebeu pouco apoio do sindicalismo combativo capixaba, que com raras exceções, acreditou na vitória da Chapa. Isso influiu no trabalho, pois, com pouco dinheiro, seus integrantes tinham que se desdobrar em várias frentes.

Apesar da derrota, os integrantes da Chapa pretendem continuar com o trabalho e se colocando enquanto alternativa à direção do sindicato. Como disse o candidato a presidente da Chapa 1, Renato Barbosa de Menezes, "o fundamental é que foi criada uma base para o trabalho. Os companheiros que votaram na nossa chapa, votaram com a consciência de que o Sindicato deve estar lutando diariamente pelos interesses dos trabalhadores. Isso é a base para o trabalho que continuaremos a desenvolver".

Porto Alegre

Metalúrgicos fazem Congresso

Cerca de 200 delegados, representando mais de 100 fábricas participaram nos dias 16 e 17 de março do 1º Congresso dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre.

A insuficiência de discussão nas fábricas, o pouco envolvimento do conjunto da categoria na preparação do Congresso contribuíram para a falta de preparo dos congressistas. Em alguns momentos, principalmente nas discussões mais políticas, pôde se perceber a dificuldade dos companheiros mais novos em acompanhar o debate, muitos inclusive se ressentindo de não estarem melhor preparados.

No entanto, ficou evidente o entusiasmo daqueles que pela primeira vez participaram de um congresso, fazendo com que a atenção e a seriedade fossem pontos marcantes do Congresso.

A oposição, além de estar desarticulada, participou com uma

minoridade de delegados, em função de muitos companheiros estarem desempregados. Apesar disso, foram os delegados identificados com a oposição que puxaram as propostas mais avançadas definidas no Congresso.

As teses apresentadas e aprovadas apontavam para a luta pelo fim do regime militar, fim do modelo econômico por liberdade e autonomia sindical, pela suspensão do pagamento da dívida externa e realização de uma sindicância para verificar quanto devemos e se devemos, através da instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, foi aprovada a luta por **eleições diretas já**, inclusive com a criação de um Comitê no Sindicato por eleições diretas.

Foi apresentada também a proposta para a campanha salarial da categoria para 84, que se inicia no final de março.

Eleições dos metalúrgicos de São Paulo

A oposição constroi a sua unidade

Contando com a participação de 249 metalúrgicos de 136 diferentes fábricas, a reunião geral dos metalúrgicos de oposição avançou definições sobre a formação de uma chapa única, sobre o programa e o processo de escolha dos candidatos para as eleições que vão se realizar nos dias 2, 3, 4, 5 e 6 de julho próximos.

Laan Izidoro

No dia 18 de março foi realizada a reunião geral dos metalúrgicos de oposição.

A reunião foi realizada após um processo de preparação que constou de reuniões por fábricas e de seis assembleias regionais (Sul, Moóca, Oeste, Penha, Ipiranga e Norte). A reunião geral debateu e definiu as propostas a partir das posições definidas nestas assembleias regionais.

Para a definição da chapa, o processo busca garantir a participação das fábricas nas definições. Para tanto, os nomes deverão ser indicados pelas fábricas, passarão pelas assembleias regionais (que não têm poder de veto) e serão definidas na convenção geral.

Falando ao **EM TEMPO**, o metalúrgico Lúcio, membro da Comissão de Fábrica da Ford, fez um balanço da proposta aprovada. "É um processo novo, onde se garante realmente que nessa chapa participem companheiros indicados pela base. Processo que passa por dentro das fábricas, pelos grupos de fábricas, pelas comissões de fábrica. Então é o próprio peão indicando um companheiro para participar da chapa. Já foram feitas reuniões em mais de cem fábricas, envolvendo centenas de companheiros. E isso tem repercutido bem na base. O pessoal tem perguntado o seguinte: o programa da chapa tá, mas quem é a chapa? A resposta da gente é a seguinte: quem vai escolher a chapa são vocês. Esta é a proposta dela. Todo aquele que fechar com este programa e evidentemente estiver dentro do processo participará da chapa. A convenção geral fechará este processo".

Lúcio faz uma diferenciação entre o processo da oposição e o encaminhado pela atual diretoria: "É um processo novo, que está agregando muita gente e totalmente ao inverso do que a diretoria do sindicato está fazendo. A diretoria está pinçando nomes, pinçando pessoas. Nós não, nós estamos discutindo com o coletivo para que o coletivo indique".

A luta por um sindicato livre e democrática

Na discussão do programa da chapa, está presente a definição de que "nosso trabalho é no sentido da construção de um sindicato livre, independente, democrático e comprometido com a base".

Humberto, "Dentinho", metalúrgico da Zona Sul, falou a **EM TEMPO** sobre este ponto. "Uma das maiores preocupações da nossa articulação é a de ter um claro programa de construção de democracia no sindicato. Democracia que começa na organização dos trabalhadores em grupos e comissões de fábrica. E que se desenvolve na criação de inter-fábricas em todas as regiões e na criação de uma coordenação municipal das interfábricas. Estes instrumentos são fundamentais para que possamos encaminhar o que a diretoria atual se recusou a encaminhar: a



Oposição faz denúncias

Os operários da Filtros Logan entraram em greve reivindicando aumento salarial de 20%, estabilidade, comissão de fábrica, eleições para a CIPA. Os patrões enrolaram a negociação e terminaram por demitir um ativista ligado à Oposição. O duplo intento dos patrões é claro: tentar minar o movimento da Logan e buscar debilitar a Oposição. Não é a primeira vez: na Sprecher & Schuh e na MWM já haviam ocorrido demissões semelhantes.

generalização das lutas das fábricas, a garantia de uma unidade maior dos metalúrgicos na luta contra os patrões. Um outro aspecto da luta para democratizar o sindicato é definir que todos os sindicalizados, mesmo os que estejam desempregados, tenham os mesmos direitos; acabar com a taxa de inscrição para ficar sócio do sindicato e promover uma ampla campanha de sindicalização".

"Sobre o funcionamento da futura diretoria, deverá ter um caráter colegiado, tendo todos os seus membros igualdade de condições em todas as decisões. Periodicamente deve realizar assembleias regionais e gerais, para tomada de posições sobre questões importantes para a categoria; anualmente se realizará um Congresso para definir um plano de lutas e de trabalho para o período seguinte. E finalmente, é fundamental construir sub-sedes onde elas inexistam, equipando a todas com imprensa, som, carro. Não há a menor dúvida que a luta para a construção de um sindicato democrático, de base, combativo é inseparável da luta pela superação da atual estrutura sindical", conclui Dentinho.

Foi consenso geral o posicionamento da oposição contra a estrutura sindical,

A atuação da diretoria do Sindicato foi criticada por militantes da Oposição: a diretoria assinou um acordo com a empresa, que na questão da comissão de fábrica dava à direção da empresa o direito de vetar os operários indicados para participar.

Outra denúncia colhida por **EM TEMPO** foi a de duas demissões na WAPSA: foram demitidos trabalhadores que concorriam à eleição da CIPA.

não aceitando o estatuto padrão, a carta sindical de enquadramento e o imposto sindical. O sindicato deve ser mantido pela contribuição livre dos trabalhadores.

O sindicato nas lutas gerais

O programa aprovado firma a posição da categoria na luta contra a política econômica do governo, contra a ditadura militar e contra a exploração.

Rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa, solução dos problemas do campo de acordo com as propostas dos trabalhadores rurais são aspectos realçados.

Garantia de emprego, defesa do salário digno, liberdade de organização, ampliação da luta contra a ditadura militar foram também aprovados.

No item da luta por melhores condições de trabalho, destacam-se os seguintes pontos: luta contra o ritmo desumano de produção, contra as horas extras, contra o comportamento repressivo das chefias, contra a falta de proteção contra acidentes e condições insalubres de trabalho, pelo controle da segurança de trabalho.

CUT: filiação será decidida em congresso

A chapa única de oposição defenderá a CUT. Mas ela levará esta discussão para o conjunto da categoria, colocando a decisão para um congresso que deverá ser realizado até o final deste ano.

A defesa da CUT é feita no interior da luta pela unificação do movimento dos trabalhadores.

Foi também aprovada a proposta de greve geral.

E finalmente foi aprovado um plano de lutas imediatas, colocando a luta contra o arrocho, contra o desemprego, contra o pacote da previdência, contra interferência do governo nos sindicatos e pelas eleições diretas.

A importância da unidade

A grande vitória da reunião geral da oposição foi o passo adiante dado no sentido da formação da chapa única de oposição.

Com a saída do Edital, que marcou as eleições para os dias 2, 3, 4, 5 e 6 de julho, ficou já marcada a convenção geral da oposição: ela será no domingo, 8 de abril. Dela sairá a composição final da chapa.

Todos os metalúrgicos ouvidos por **EM TEMPO** insistiram na importância da unidade da chapa de oposição.

Hélio Bombardi, metalúrgico de antiga militância na Oposição Sindical afirmou que "em 1981 e 1978 determinados grupos afinados com a diretoria terminaram lançando uma terceira chapa que prejudicou, principalmente em 1981 a vitória da Oposição. O que no entanto não impediu que a Oposição ganhasse nas fábricas. Mas esse ano, através de uma prática comum, de uma discussão comum nas várias regiões, vai se criando a unificação, e fazendo avançar esse processo. É verdade que nós temos sérias dúvidas se não surgirá uma terceira chapa, fantasma. Afinal esta diretoria que está aí a 20 anos vai jogar pesado. Desde os primeiros passos que a gente deu, passando pelo fechamento do programa e própria convenção, ficou claro que não há espaço hoje para uma terceira chapa. Mas a gente sabe também, por tudo que já aconteceu dentro do Sindicato, não é de causar espanto se aparecer uma terceira chapa, que na verdade só venha para dividir votos da Oposição Sindical".

Hélio Bombardi conclui afirmando que "acreditamos firmemente que é possível uma vitória da oposição nas eleições. E esta vitória será importante porque a diretoria atual, embora mudando de roupagem, continua traindo do mesmo jeito. Devido à crise, a todo fortalecimento que a gente conseguiu, a unidade da oposição está se dando em função de necessidades concretas do movimento, o movimento operário exige a unificação daqueles companheiros comprometidos com a luta".

A história de um poder usurpado

64

A coalização que levou ao poder os militares em 1964 era ampla, englobando praticamente todos os setores das classes dominantes (da burguesia urbana à rural, do capital nacional ao estrangeiro, do médio ao grande capital) e contava com um forte apoio nos profissionais liberais, na pequena-burguesia. Estava igualmente alicerçado em um amplo leque de forças cerçado em um amplo leque de forças militares, que garantia a ela o apoio decidido das armas. E, por último, foi capaz de acionar grandes manifestações de massa.

Hoje, o isolamento social e político da ditadura é profundo e, ao que tudo indica, irreversível. E até largos setores das classes dominantes já se empenham ativamente em conseguir uma mudança no regime político, na formação de dominação.

É importante compreender quais as raízes mais profundas deste isolamento, que se impôs apesar de todas as manobras, de todas as contínuas tentativas da ditadura de se institucionalizar. Essas raízes devem ser buscadas na relação da ditadura com as diversas classes e setores de classe da sociedade.

As raízes da crise

A ditadura nasceu de uma coalização que excluía as classes populares. E, no decorrer destes vinte anos, só fez aumentar o fosso que a separava dos setores majoritários da população. Importante: o desenvolvimento do capitalismo fez aumentar de forma magnífica o proletariado industrial que dobrou os seus efetivos de 1970 a 1980.

O projeto, acalentado pela ditadura nos seus primeiros anos, de incentivar a criação de uma pequena-burguesia rural, autônoma e integrada ao mercado capitalista, base de sustentação de partidos de centro-direita não ocorreu. De um lado, o processo de penetração do capitalismo no campo levou a uma erosão dos pequenos proprietários e das diversas relações de produção que conviviam com a agricultura artesanal; de outro, levou a proletarianização de extensas camadas de trabalhadores rurais, assalariados em tempo integral ou por temporada. A expulsão de trabalhadores rurais para as grandes cidades só fez, por outro lado, aumentar a explosividade e a tensão urbanas.

Em relação aos chamados, setores médios urbanos, ocorreu mudanças profundas. O vigoroso processo de industrialização levou a que uma crescente massa de pessoas se ocupasse de atividades no setor de serviços, não produtivos. E se em 1970, de cada cem pessoas ocupadas 50 eram empregadas e 37 autônomas, em 1980, 65 estavam submetidas a um vínculo de patronato e apenas 24 eram profissionais liberais. Enfim, o crescimento do mercado capitalista levou a uma erosão da figura do profissional liberal, fortalecendo as contradições classistas nestes setores.

Em um primeiro momento, com o auge acelerado de crescimento econômico que se verifica de 1968 a 1973, largos setores médios são



Castello: "Os chefes da Revolução vitoriosa representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituído, de que o Povo é o único titular"



Geisel: "Prefiro ver os instrumentos de exceção "não tanto em exercício duradouro ou frequente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais energética. Para que isto aconteça, dependerei necessariamente de que o espírito de contestação de minorias trópegas ou transviadas, acaba por exaurir-se ante o repúdio geral"



Médici: "Reitero que todo brasileiro tem direito de fazer oposição ao Governo considero imprescindível ao bom funcionamento do regime a existência de opositores. Por isso mesmo não serei hostil aos que de mim discordarem. No meu Governo não haverá coação por motivos puramente políticos", no discurso de posse



Figueiredo: "Então é preciso ter muito cuidado com essas objeções à eleição indireta. E no Império, o Imperador não nomeava todo mundo e tudo não funcionou bem por tanto tempo?"

84

incorporadas a este mercado, sendo que parcelas não desprezíveis vinculadas às frações mais modernas do capital, auferindo gordas vantagens materiais. Em um segundo momento, com o início e o aprofundamento da crise econômica, o arrocho salarial começa atingir de forma duradoura estes setores que começam massivamente a migrar para o campo de uma oposição decidida à ditadura.

Em relação à burguesia, houve também mudanças complexas que têm um peso importante hoje nos impasses políticos da ditadura. Com o processo de modernização e capitalização do campo, a burguesia agrária tradicional foi bastante afetada. Por outro lado, o aprofundamento da internacionalização da economia produziu duas modificações importantes: houve uma forte concentração do capital que levou à destruição ou subordinação um sem número de empresas capitaneadas pelo capital nacional; com a maior inserção da economia brasileira no mercado internacional, fortaleceu-se a incapacidade desta burguesia de servir de base a qualquer política autônoma do imperialismo.

A completa subordinação do governo brasileiro ao FMI revela qual é o parceiro vitorioso da coligação que levou os militares ao poder. Mas é igualmente uma demonstração esplêndida da solidão política da ditadura.

A história de uma crise

O acompanhamento destes vinte anos da ditadura mostra como a coalização que levou os militares ao poder foi sendo gradativamente corroída. O acordo com o PDS, com cuja cúpula Castello Branco se reunia secretamente, estourou em junho de 64 com a cassação de Juscelino; depois, o conflito com os setores de extração mais liberal da UDN; em 1968, confronto com setores importantes da pequena burguesia radicalizada; a partir de 1974, com a campanha pela desestatização dirigida por alguns setores da burguesia inicia-se um processo lento, sempre não definitivo, mas crescente de descolamento de setores importantes da burguesia do apoio incondicional à ditadura.

Sob um outro ângulo, a instabilidade institucional da ditadura foi permanente. A necessidade de se valer de instrumentos repressivos, de leis casuísticas, feitas de encomenda para a conservação do poder, o adiamento dos prazos de liberalização veio de 64 até os dias de hoje.

Hoje dividida, em crise, a ditadura vê colocada diante da necessidade de negociar com as oposições burguesas e setores dissidentes, a sua própria transição. Mas, não devemos ter dúvida, a crise burguesa é profunda e de larga duração. Para superá-la, a classes dominantes precisam de reelaborar com projeto para tirar da crise o capitalismo brasileiro, capaz de costurar a unidade de suas diversas facções e liderar um novo bloco de algumas sociais. O que implica, inclusive, em importantes negociações com o imperialismo.

Uma crise permanente

Ato Institucional — previsto para durar até 31 de janeiro de 1966, quando terminaria o mandato do presidente empossado, Humberto de Alencar Castello Branco. O presidente seguinte seria eleito através de eleições diretas, de acordo com as normas da Constituição de 1946. Em seu artigo 7º, suspendia as garantias de inamovibilidade e estabilidade no emprego público e em seu artigo 10º outorgava ao Presidente da República o direito de revogar mandatos eleitorais e cassar direitos políticos pelo prazo de dez anos. Sete mil pessoas são atingidas com a perda de posições ou direitos adquiridos. Um número maior foi atingido diretamente pela repressão política. De 1964 a 1965, são realizadas 383 intervenções em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações.

Ato Institucional nº 2 — Apesar das cassações, a ditadura perde as eleições em cinco dos onze estados, entre os quais dois dos mais importantes como Minas e Guanabara. É editado o AI-2, que permite à ditadura: continuar a ter a faculdade de cassar mandatos e direitos políticos, a extensão do foro militar aos civis, a limitação da livre manifestação do pensamento, a suspensão das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade no emprego, a extinção dos partidos políticos, a faculdade de intervir nos Estados, de colocar em recesso as casas legislativas, de baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional. O decreto teria vigência até 15 de março de 1967, quando tomaria posse o novo presidente. Em março de 1967 é promulgado o Decreto-Lei 314, a Lei de Segurança Nacional. As eleições para a presidência da República em 1966 são adiadas e o mandato de Castello é prorrogado.

Ato Institucional nº 5 — Editado a 13 de dezembro de 1968 e de

vigência com prazo indeterminado. Permitia ao presidente: decretar intervenção em estados e municípios, cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão, remover ou aposentar titulares de cargos públicos, decretar o estado de sítio e fixar o prazo de sua duração, estabelecer a censura à imprensa, decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas, suspender o direito de reunião e de associação. Em janeiro de 69, editou-se o Decreto-Lei nº 471 que punia rigorosamente os professores, alunos e funcionários de qualquer estabelecimento de ensino que participassem de atividades consideradas daninhas à ordem pública. Em novembro de 1971, o governo institucionaliza os "decretos secretos", isto é, decretos que não teriam de ser tornados públicos. Foi o período do auge repressivo da ditadura, com a escalada da tortura e dos assassinatos políticos. Quatro senadores e 95 deputados tiveram seus mandatos cassados. Cinco juizes do Supremo Tribunal Federal e um do Supremo Tribunal Militar foram aposentados. Cerca de 500 pessoas que exerciam cargos públicos perderam seus direitos políticos e foram aposentadas de seus cargos.

O "Pacote de abril" — Editado por Geisel e composto de 14 emendas à Constituição de 1969 e três artigos novos além de seis decretos-leis, o "pacote de abril" dispunha: eleição de 1/3 do Senado por via indireta e instituição de sublegenda, em número de três, nas eleições diretas dos restantes, restrição à propaganda eleitoral no rádio e na TV, alteração do Colégio Eleitoral que escolhe o presidente da República, alteração no quórum para a votação das emendas constitucionais pelo Congresso de 2/3 dos membros para maioria simples, ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial, eleições indi-

retas para escolha dos governadores. O "Pacote de abril" foi a resposta da ditadura à sua derrota eleitoral nas eleições de 1974. Nestas, o MDB foi majoritário em 16 estados, elegendo 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados federais.

As reformas de julho de 1978 — Editadas no final do mandato de Geisel, estas reformas tinham a finalidade de institucionalizar os poderes arbitrários do presidente. De um lado, suspendia a validade de vários poderes contidos no AI-5 como o das cassações dos direitos políticos, o fim do direito de fechar o Congresso e atenuava o rigor da Lei de Segurança Nacional. De outro, criava a figura do "Estado de Emergência" que facultava ao presidente: suspender todas as liberdades públicas, suspender todos os direitos individuais, intervir em sindicatos, suspender imunidades parlamentares, atribuir às Forças Armadas todos os poderes de política e entregar ao julgamento de tribunais militares todos os que forem presos durante a sua vigência.

As reformas constitucionais de junho de 1982 — Editadas antes das eleições de 1982, estas reformas tinham um sentido casuístico explícito: em primeiro lugar, a exigência de dois terços dos votos do Congresso para garantir a aprovação de uma emenda à Constituição, já que o governo tinha uma maioria ameaçada no congresso; em segundo lugar, alterava a composição do colégio eleitoral, modificando a representação estadual no colégio eleitoral de três deputados mais um por milhão de habitantes para a quota fixa de seis deputados indicados pelo partido majoritário a nível estadual; em terceiro lugar, alterava o número de deputados federais de 420 para 479, privilegiando ainda mais a representação dos pequenos estados e favorecendo o PDS.

Justiça para quem assassinou e torturou

O que está por detrás da política do "não revanchismo" defendida pelos políticos liberais e conciliadores.

Diante das notícias de que altos oficiais militares argentinos processados ou presos por sua participação nos assassinatos e torturas a presos políticos, tornou-se senso comum nas oposições liberais a afirmação de que no Brasil tais procedimentos não seriam necessários pois aqui a participação dos militares havia sido diferente. E apontam: na Argentina foram assassinados cerca de trinta mil na "guerra suja", aqui, apenas cerca de trezentos foram mortos.

Se é verdade que a amplitude da "guerra suja" realizada pelos militares na Argentina foi muito maior e verdade também que lá a ditadura se defrontou com a radicalização de um movimento de bases sociais muito mais amplas do que o ocorreu no Brasil do final dos anos sessenta. Isto é, a repressão foi aplicada em doses diferentes em contextos diferentes.

Afora isso, as semelhanças são muito fortes. Torturas, assassinatos a sangue frio, mortos sobre os quais se mentia sobre a sua identidade, cemitérios clandestinos. Lá como aqui, o pretexto do enfrentamento às ações armadas da esquerda usado para silenciar vozes cujo envolvimento com a guerrilha urbana era nenhum. Lá como aqui, a utilização de méto-

dos tenebrosos que não são sequer admitidos em guerras convencionais, quando se enfrentam exércitos profissionais.

E, acima de tudo, uma semelhança maior: lá como aqui, o envolvimento das Forças Armadas não foi individual e nem marginal. Foi a própria instituição que se envolveu a fundo nestas ações, com seus organismos próprios, alguns criados até especialmente para dar cobertura à chacina. Não é, por acaso, que na lista de torturados há um sem número de altas-patentes das três Armas, especialmente do Exército.

Continuidade

Não é possível afirmar a favor dos que hoje estão no poder, que o que se deu pertence ao passado, que no momento os dirigentes da ditadura são outros. Houve uma nítida linha de continuidade na equipe do Planalto que planejou e executou a política repressiva contra o movimento operário e popular de 1964 até hoje.

Sob o governo Castello Branco, a gang do Planalto agrupava ao redor de Golbery do Couto e Silva, fundador do SNI, Ernesto

Geisel, da Casa Militar, Heitor Ferreira de Aquino, secretário adjunto de Golbery, Danilo Venturini, seu chefe de gabinete, Otávio Medeiros, assessor do SNI em Brasília. Durante o período Médici, eram poderosos no Planalto, João Figueiredo, chefe da Casa Militar, Leitão de Abreu, da Casa Civil, tendo Delfim Neto já como uma espécie de super-ministro. O general Geisel redefine as funções da gang palaciana e Golbery se torna chefe da Casa Civil, Figueiredo, chefe do SNI, Heitor Aquino, secretário do presidente Geisel, Otávio Medeiros, chefe da Agência Central do SNI, junto a Danilo Venturini.

A escalção de Figueiredo é mais fácil de lembrar: Golbery na Casa Civil (depois, substituído por Leitão de Abreu), Venturini, na Casa Militar, Medeiros, na chefia do SNI, Delfim Neto de novo alçado à posição de super-ministro da economia.

Afirmar a continuidade da equipe palaciana, ora no terror, ora na "abertura", não significa esquecer as mudanças havidas no regime no decorrer destes vinte anos. Mas os arquetipos da abertura, já foram mandantes da morte, da tortura, da prisão, do exílio de milhares de ativistas do movimento popular.

O que está por detrás

Os políticos liberais e conciliadores optam pela aplicação natural da Justiça a quem torturou, assassinou e roubou a proposta do "não revanchismo".

Em primeiro lugar, deve-se desconfiar do espírito de perdão que a proposta aparenta. Não foi sobre estes senhores que a repressão da ditadura se desabou mas sobre os setores mais combativos do movimento operário-popular.

Em segundo lugar, o "não revanchismo" propõe a continuidade do aparelho repressivo criado pela ditadura. Visa claramente um pacto mais amplo das oposições liberais burguesas com as Forças Armadas para a viabilização do projeto burguês de transição para uma democracia "restrita", excludente da classe trabalhadora e do movimento popular.

Não existe nenhum sentimento de revanche. Há sim a fome de justiça alimentada durante vinte anos. Há sim a compreensão de que a conquista da liberdade e da democracia não pode ser dissociada do desmantelamento de todo o aparelho repressivo montado ao longo dos vinte anos da ditadura.

A longa noite do terror

EM TEMPO lembra aqui os que tombaram no auge da repressão política da ditadura.

"Vestidos de paramentos litúrgicos, os policiais fizeram-me abrir a boca para receber o sacramento da Eucaristia: Eles introduziram um fio elétrico. Minha boca ficou completamente inchada".

No testemunho do Frei Tito de Alencar os horrores da ditadura desenham seus contornos com a dor e o desespero de toda uma geração de ativistas do movimento popular do país como pano de fundo.

Frei Tito de Alencar não morreu nos porões da repressão. Ele terminou de morrer na França em agosto de 1974 dilacerado pelo delírio e a loucura de sua experiência como prisioneiro político. A tortura física e psicológica praticada pela equipe do delegado Sergio Fleury não foi suficiente para matá-lo,

como a outros presos políticos, no DOPS paulista, mas conseguiu levá-lo ao suicídio longe já do Brasil.

É também o caso de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, estudante de Medicina em Belo Horizonte que aos 30 anos, em um dia de maio de 1976, pôs fim a sua vida atirando-se no metrô de Berlim. Ela havia sido presa pela polícia política e depois liberada junto com outros estudantes prisioneiros políticos em troca do embaixador suíço, em 1970.

As cavernas da tortura

A ditadura, no entanto, também é responsável pela morte e do desaparecimento de mais de duzentos presos políticos. Estes sim assassinados nos centros de tortura montados pela

repressão. Para tal feito se notabilizaram os quartéis das Forças Armadas, entre outros, o DOI-CODI no 1º Batalhão da Polícia do Exército, o quartel do 1º Exército, sediado no Rio, o CISA, na Base Aérea de Galeão, o DOI-CODI, sediado no QG do IV Exército, em Recife.

Também as delegacias policiais serviram de centros de tortura. Assim, a sinistra "Operação Bandeirante" (OBAN), depois conhecida como DOI-Codi 2º Exército, funcionou na delegacia de polícia da rua Tutóia, em São Paulo. E o caso também do DOI-CODI de Belo Horizonte que funcionava nas dependências do DOPS-Belo Horizonte. Outros centros de tortura que funcionaram em Minas e que foram denunciados pelos próprios presos políticos eram, o Colégio Militar de Belo

Horizonte, o quartel da DI da PM-MG, o prédio da Secretaria do Interior, de Segurança o QG da PM-MG, e a Penitenciária de Mulheres de Belo Horizonte. Também foram utilizados como locais de tortura, sítios, fazendas e casas particulares. Havia um sítio em Sergipe, um apartamento em Goiânia, uma casa em Petrópolis, o sítio de Parelheiros (SP), usado pelo Fleury e onde foi morto, entre outros Joaquim Câmara Ferreira na época o principal dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Havia também em São Paulo uma casa e um outro sítio utilizados como centro de tortura.

No vigésimo aniversário da ditadura, apresentamos a lista dos mortos e desaparecidos no período do auge da ação repressiva do regime.

1968

José Carlos Guimarães, Luiz Paulo da Cruz Nunes, Jorge Aprígio de Paula, João Lucas Alves, Edson Luiz de Lima e Souto.

1969

Marco Antonio Brás de Carvalho, Hamilton Fernandes Cunha, Severino Viana Colon, Padre Henrique Pereira Neto, Carlos Roberto Zanirato, Reinaldo Silveira Pimenta, Fernando Borges Paula Ferreira, José Wilson Lessa Sabeg, João Domingos da Silva, Roberto Cieto, Luiz Fogaça Balboni, Virgílio Gomes da Silva, Eremias Dolisoikov, Chael Charles Screeier, Carlos Mariguella, Antonio Abi-Eçab, Catarina Abi-Eçab, Ishiro Nagami, Sérgio Correima, Pedro Ferreira de Medeiros, João Roberto Soares de Souza, Sebastião Gomes da Silva.

1970

Marco Antonio Silva Lima, Mário Alves, Antonio Raimundo Lucena, José Roberto Spigner, Dorival Ferreira, José Idésio Brianesi, Juarez Guimarães de Brito, Jeolson Crispim, Norberto Nering, Roberto Macarini, Avelmar Barros, Olavo Hansen, Antonio dos Reis Reis de Oliveira, Alceri Maria Gomes da Silva, Eiraldo Palha Freire, Luciano Brandão Guimarães, Edson Cabral Sardinha, Joaquim Câmara Ferreira, Jorge Leal Gonçalves Pereira, Marco Antonio Dias Batista, Ari de Abreu Lima da Rosa, Yoshitane Fujimori, Eduardo Leite, Celso Gilberto de Oliveira, Luiz Afonso Miranda da Costa Rego da Rocha Miranda, Elisa Ianni, Abelardo Rausch Alcântara.

1971

Joel (da UBES), Raimundo Eduardo da Silva, Aldo Sá de Brito Souza Neto, Rubens Beirodt Paiva, Aderval Alves Coqueiro, Odijas Carvalho de Souza, Gerson Teodoro de Oliveira, Maurício Guilherme da Silveira, Stuart Edgard Angel Jones, Mário Prata, Marilene Vilas Boas Pinto, Devanir José de Carvalho, Joaquim Alencar de Seixas, Dimas



Antonio Casimiro, Denis Casimiro, Escobar, Valter Ribeiro Novaes, Cleide Raimundo Gonçalves Figueiredo, Carlos Dall'Ojo.

1972

Hiroaki Torigoi, Jeová Gomes, Ana Maria Palmeira, Paulo Cesar Botelho Massa, Marco Antonio Pinto de Oliveira, Maria do Amparo Araújo, Paulo Norberto Pereira Marques, Maria Lúcia Petit da Silva, Gelson Reicher, Alex de Paula Xavier Pereira, Gastone Lúcia Beltrão, João Mendes Araújo, Isis Dias de Oliveira, Hélcio Pereira Fortes, Arno Preiss, Frederico Eduardo Mayr, Lauriberto José Reis, Alexandre José Ibsen Voerões, Ligia Maria Salgado da Nobrega, Ranúzia Alves Rodrigues, Wilson Ferreira, Maria Regina Lobo Leite Figueiredo, Antonio Carlos Nogueira Cabral, Ruy Osvaldo Aguiar Paztenreuter, Marcos Nonato da Fonseca, Ana Maria Nacinovic, Yuri Xavier Pereira, Ismael Silva Jesus, José Júlio Araújo, Bergson Gurjão Farias, Kleiber Gomes,

Helenira Rezende Souza Nazaré, José Toledo de Oliveira, Ciro Flávio Oliveira Salazar, José Francisco Chaves, Antonio Monteiro Teixeira, João Haas Sobrinho, Lourival Paulino, Nelson Dourado, Antonio Benetazzo, João Carlos Cavalcanti Reis, Aurora Maria Nascimento Furtado, Lincoln Cordeiro Oest, Luiz Guilhardini, Getúlio de Oliveira Cabral, Fernando Augusto da Fonseca, José Bartolomeu Souza, José Siltan Soares, Luciana Ribeiro da Silva, Valdire Sales Sabóia, Carlos Nicolau Daniel, Sérgio Landolfo Furtado, Paulo Roberto Ribeiro Bastos, Luiz Eurico Tejera Lisboa, Rui Carlos Vieira Berbet, Exequias Bezerra.

1973

Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz de Souza, Anatólia Melo Alves, Soledad Barret Viedma, Jarbas Pereira Marques, Arnaldo Cardoso

Rocha, Francisco Seiko Okamo, Francisco Emanuel Penteado, Alexandre Vanucchi Leme, Lincoln Bicalho Roque, Ronaldo Mouth Queiroz, Merival Araújo, Márcio Beck Machado, Maria Augusta Thomas, Luis José da Cunha, Heiber José Gomes Goulart, Manuel Aleixo da Silva, Manoel Lisboa de Moura, Emmanuel Bezerra dos Santos, José Carlos Novaes da Matta Machado, Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara Neto, Honestino Guimarães, Paulo Stuart Wright, Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita Pereira, Antonio Carlos Bicalho Lana, Sonia Maria Moraes, José Mendes Sá Moriz, Jane Moroni Barroso, Ramires Maranhão do Vale, Eduard Duarte de Aquino, Idalísio Aranha Filho, Walkiria Costa, Paulo Rodrigues, Dinalva Conceição Teixeira, Maurício Grabois, André Grabois, Sueli Yomika Nakaiama, José Humberto Bronca, Adriano Fonseca, Hélio Luis Bavarro Magalhães, James Allen Luz, Osvaldo Orlando Costa, Alcir Gomes da Silva.

1974

Fernando Augusto da Santa Cruz Oliveira, Eduardo Collier Filho, Ruy Frazão Soares, David Capistrano da Costa, José Roman, Walter de Souza Ribeiro, Luiz Ignácio Maranhão Filho, João Massena de Melo, Caiubi Alves de Castro, Issami Nakamura Okano, Tomás Antonio da Silva Meireles, Ieda Santos Delgado, Ana Rosa Kucinski Silva, Wilson Silva, José Porfírio.

1975

Jaime Amorim Miranda, Orlando Bonfim Júnior, Itair José Veloso, Elson Costa, José Montenegro de Lima, Hiran Lima Pereira, Elza Rocha Miranda, Armando Teixeira Frutuoso, Wladimir Herzog, Pedro Jerônimo de Souza, José Ferreira de Almeida.

1976

Sebastião Lopes, Manoel Fiel Filho, João Batista Drummond, Angelo Arroyo, Pedro Pomar.

A máquina da repressão continua de pé

Todos os anos da decatanda abertura política não foram capazes de jogar luz sobre os porões da polícia política.



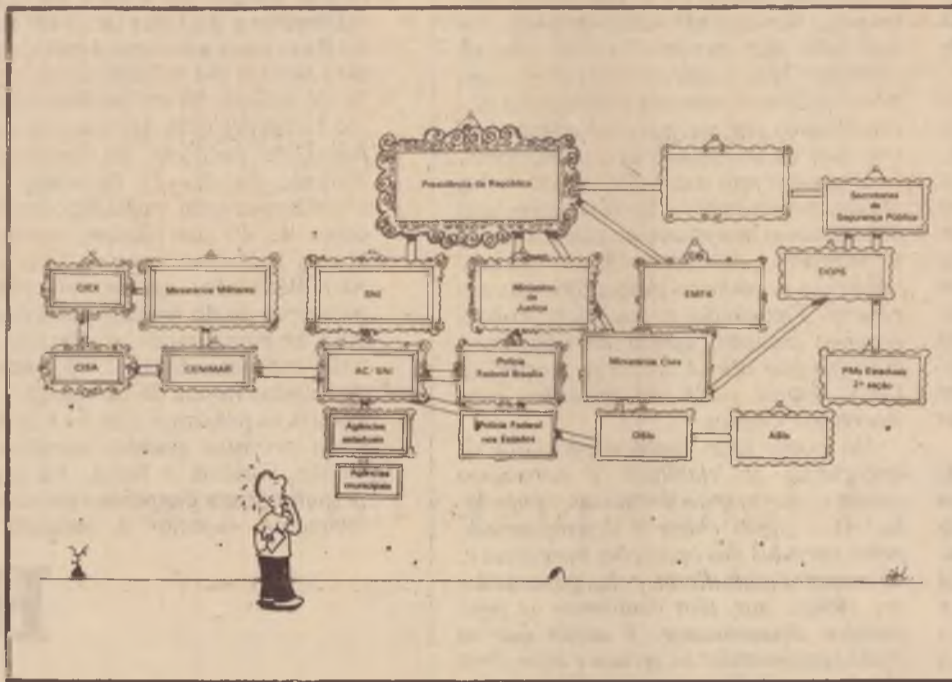
Otávio Medeiros, Ministro do SNI

Todos os decantados anos da chamada abertura política não foram capazes de jogar luz sobre os porões da polícia política brasileira. A articulação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso sobre os direitos humanos ao final dos anos setenta gerou rumores fortes de uma previsível reação forte dos militares e acabou não sendo criada. O acobertamento da participação da polícia política no atentado do Riocentro em 1980 foi um marco. O escândalo Baumgarten que envolvia diretamente a chefia do SNI teve a sua investigação no Congresso paralisada por motivos políticos semelhantes no ano passado.

A chamada comunidade de informações é, na verdade, a "menina dos olhos" filho dileto, da ditadura. A sua impunidade é a confissão maior da vontade da ditadura se eternizar no poder.

A polícia política no Brasil chama a atenção pelo seu peso e pela sua complexidade. De acordo com denúncias de parlamentares feitas em 1980, ela envolveria o trabalho permanente de 250 mil pessoas. Incluídos, os informantes voluntários e amadores, o número de colaboradores poderia chegar a um milhão.

No centro da vasta rede de informação e repressão está o poderoso Serviço Nacional de Informações, cujo chefe é ministro de Estado e tem o seu gabinete no Palácio do Planalto, ao lado direito do presidente. O seu órgão executivo, sediado em Brasília, ocupa um vasto prédio de cinco andares. A Agência Central de Brasília liga-se com as agências estaduais e municipais, nas cidades consideradas de maior importância política. E tem a



função de centralizar e coordenar as informações que fluem dos diversos órgãos.

Cada ministério das Forças Armadas, por sua vez, tem o seu organismo de informações particular: a Marinha tem o Cenimar, o Exército tem o CIEX e a Aeronáutica tem o CISA. Ligados aos gabinetes dos ministros militares, cada um destes órgãos processam

informações da rede que se espalha pelos Distritos Navais, pelos Comandos Aéreos e pelas Segundas Seções dos Estados-Maiores do Exército.

Espalhados por todos os cantos do país estão também as agências da Polícia Federal, subordinadas ao Ministério da Justiça. Em geral, elas mantêm um contacto íntimo à nível

estadual com as Secretarias de Segurança Pública e com as 2.^{as} Seções da Polícia Militar em cada estado.

O quadro se completa com a informação de que cada autarquia, empresa pública ou órgão de administração do Estado tem a sua Assessoria de Segurança e Informações. Cada ministério civil tem, por sua vez, sua Divisão de Segurança e Informações.

Por fim, o próprio Estado Maior das Forças Armadas tem o seu serviço secreto.

Adaptação e reforço

No período mais recente, esta complexa rede foi sofrendo adaptações no sentido de se condicionar ao novo período e, ao mesmo tempo, ganhar mais em eficiência e centralização. Os DEOPs, órgãos que tiveram o seu apogeu no auge da repressão política e que foram estruturados como braços armados capacitados para praticar ações truculentas sem qualquer cobertura legal, foram desativados em vários estados.

Por outro lado, a Polícia Federal vem passando há algum tempo por todo um processo de reestruturação e reforço no sentido de cumprir um papel chave na área de segurança e informações, abandonando o seu antigo papel de Censura de Diversões Públicas e Divisão de Polícia Aérea, Marítima e de Fronteiras. Nesta nova divisão de trabalho, a Polícia Federal funciona como um braço operacional das Forças Armadas, mantendo ainda um serviço especial de análise e acompanhamento da política estudantil e sindical, das organizações de esquerda e até da Igreja.

As altas patentes da tortura

Aqui, uma seleção da lista dos 442 torturadores elaborada pelo Comitê de Solidariedade aos Revolucionários Brasileiros, publicados em 1976 em Portugal. Uma prova irrefutável do envolvimento das Forças Armadas enquanto instituição na chamada "guerra suja".

Ademar Lopes Pessoa, capitão do Exército, premiado com a "Medalha do Pacificador" em outubro de 1973, pelo seu papel na repressão às organizações de resistência à ditadura.

Antonio Bandeira, general-de-brigada do Exército, ex-comandante do 3.^o BI Distrito Federal de 1971 até 1973, onde era responsável e comandante da repressão e tortura aos militantes das organizações de resistência.

Antonio-Carlos Schnaider Filho, tenente-coronel do Exército agraciado com a "Medalha do Pacificador" em setembro de 1971, por reprimir as organizações de resistência à ditadura.

Arujo de Araujo Pereira, major do Exército, agraciado com a "Medalha do Pacificador", em setembro de 1971 por reprimir as organizações de resistência à ditadura.

Atos Batista Teixeira, coronel do Exército, ex-Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul de 1970 até março de 1972, onde teve destacada atuação repressora às organizações de resistência.

Benone de Arruda Albermaz, coronel do Exército, chefe da equipe de torturadores em 1969/1970 no CODI DOI de São Paulo. Condecorado pelo governo de São Paulo com a "Medalha da Ordem Policial".

Breno Borges Fortes, general do Exército, militar fascista, foi comandante do III Exército em 1971/1972. Notabilizou-se pela sua fúria assassina como "Presidente do Conselho do CODI Rio Grande do Sul".

Carlos Afonso Delamora, brigadeiro, chefe do CISA até dezembro de 1971. Coordenador da prática de repressão, tortura e assassinato desse órgão ligado à Aeronáutica.

Carlos Alberto Brilhante Ustra, vulgo "Major" ou "Doutor Tibiriçá", major de Infantaria do Exército, comandante do CODI DOI São Paulo desde fins de 1970 até janeiro de 1974. Responsável e participante de inúmeros assassinatos em todo o Estado de São Paulo.

Carlos Meira Matos, general de Divisão do Exército, ex-interventor federal, após o golpe de abril de 1964.

Cláudio, torturador, coronel do Exército, elemento de destaque do SNI em Brasília. Especializou-se na repressão às organizações que atuavam no Exército.

Confúcio Danton de Paula Avelino, coronel do Exército, era comandante da Polícia Militar no Estado de São Paulo, em 1969/70, elemento responsável pela repressão e pela tortura no Estado. Teve destacada atuação nos assassinatos e torturas ao povo do Vale do Ribeira, em 1970, quando foi localizado um grupo de revolucionários em treinamento guerrilheiro.

Daniilo da Cunha Melo, Secretário da Segurança Pública em São Paulo em 1970/71. É coronel do Exército.

Darci Lázaro, general-de-brigada do Exército, sub-chefe do EMFA.

Dutra de Castilho, general do Exército, foi comandante da Vila Militar do Rio em 1969, local onde ocorreram torturas e assassinatos.

Francisco Moacyr Mayr, major do Exército, agraciado com a "Medalha do Pacificador", por reprimir organizações de resistência à tortura em setembro de 1971.

Gladstone Penassetti Teixeira, tenente-coronel do Exército, elemento responsável no 1.^o BIB Barra Mansa, Estado do Rio, por repressão e prática de tortura.

Gomes Carneiro, torturador, major do Exército, comandante do CODI DOI Rio, em 1970; anteriormente foi torturador no DOPS Minas Gerais, quando ainda capitão.

Humberto de Souza Mello, general do Exército, comandante do II Exército até 1974. Responsável maior na área do II Exército (Estados de São Paulo Mato Grosso), pelos organismos repressivos especializados em tortura e assassinatos. Constantemente visitava estes órgãos, quando fiscalizava e estimulava os torturadores.

Inocêncio Fabrício de Matos Beltrão, major do Exército, condecorado com a "Medalha do Mérito Policial", em janeiro de 1971. Torturador lotado no CODI DOI São Paulo em 1969.

Jaime Mariath, coronel do Exército, Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul em 1969/70. Autorizava pessoalmente a prática da tortura nos órgãos sob sua jurisdição.

Jarbas Botelho, tenente-coronel ligado aos órgãos repressivos de Fortaleza.

João Fonseca de Souza Leal, tenente-coronel, comandante do 2.^o BFE SP, onde se praticava a tortura.

Joaquim Januário de Araújo Coutinho Neto, contra-almirante, comandante do CENIMAR até março de 1973.

Joel Pereira Vasconcelos, coronel do Exército, comandante da PE em Brasília até fevereiro de 1973. Elemento dirigente da repressão política efetivada por aquela unidade do Exército e responsável por torturas ali praticadas.

José Canavarro Pereira, general da reserva do Exército. Comandante do II Exército na ocasião em que foi instalado a OBAM.

Leo Etchegoyen, coronel do Exército, ex-secretário de Segurança Pública no Rio Grande do Sul depois do golpe de abril de 1964.

Luis França, general do Exército, ex-secretário de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, em 1970, onde teve destacada atuação repressiva.

Maurício Lopes de Lima, capitão do Exército, torturador com atuação destacada no CODI DOI São Paulo de 1969 a 1971. Foi condecorado com a "Medalha do Mérito Policial".

Ney Pinto de Alencar, coronel do Exército, Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul em 1972.

Newton de Paulo, tenente-coronel do Exército, condecorado com a

"Medalha do Pacificador" em outubro de 1973, por sua atividade de repressão às organizações de resistência à ditadura.

Newton Vassalo da Silva, brigadeiro da Aeronáutica, chefe do CISA a partir de abril de 1973, coordenador da máquina repressiva da Aeronáutica.

Nilo Canepa, general do Exército, diretor do DPF em 1972, chefe da rede de assassinos lotados naquele órgão de repressão e tortura.

Nilo da Silva Pereira, coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, atuou na repressão vindo posteriormente a se ligar ao DOPS São Paulo.

Otávio Vianna Moog, general de Divisão, ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo em 1969, um dos organizadores e inspiradores do Esquadrão da Morte.

Orlando Augusto Rodrigues, coronel do Exército, comandante do 2.^o BPE SP, até março de 1972, local onde foram torturados vários presos políticos. Por sua selvageria foi condecorado com a "Medalha do Pacificador" em outubro de 1973.

Oscar Luis da Silva, general do Exército, comandante do III Exército, responsável direto pela tortura nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Pedro Ivo Moezia Lima, capitão do Exército, elemento destacada atuação selvagem nas sessões de tortura do CODI DOI São Paulo.

Raimundo Ronaldo Campos, capitão do Exército, torturador e elemento de destaque do CODI DOI São Paulo no ano de 1971.

Ricardo Sérgio da Fonseca, capitão do Exército, condecorado com a "Medalha do Pacificador" em 1973, por sua atividade na repressão às organizações de resistência à ditadura.

Ronaldo José Batista, capitão do Exército, condecorado com a "Medalha do Pacificador" em setembro de 1971, por sua atividade de repressão às organizações de resistência à ditadura.

Sérgio dos Santos, capitão do Exército, torturador sanguíneo e coordenador das torturas no 10.^o BC-Goiânia.

Silvio Correia de Andrade, general do Exército, comandante da repressão e tortura no Estado de São Paulo quando chefe do DPF São Paulo em 1968/1970.

Sérvulo Mota Lima, general do Exército, R-1 desde 1971. Secretário de Segurança Pública, responsável maior na área estadual pela máquina da repressão e do terror.

Silvio Frota, general do Exército, comandante do I Exército de 1971 a 1972. Co-responsável pelos assassinatos no CODI DOI Rio, neste período.

Waldir Coelho, tenente-coronel do Exército, condecorado com a "Medalha do Mérito Policial", em janeiro de 1971, torturador e homicida, comandante do CODI DOI São Paulo em 1969 e 1970.

Walter Pires, general do Exército, diretor-geral do DPF em 1970.

Editorial

Os vinte anos da ditadura e o destino da campanha pelas diretas

1. Na passagem dos vinte anos de ditadura militar, a maior campanha política de massas que o país já conheceu tem o valor inestimável de jogar luz, de iluminar os caminhos nos quais as diversas classes sociais jogam suas esperanças.

Existem hoje três vontades claramente colocadas na mesa. Há, em primeiro lugar, a vontade continuista da ditadura, expressa sobretudo no desejo de manter o colégio eleitoral como referência para a escolha do sucessor de Figueiredo de continuar no governo do país por mais quatro, cinco ou seis anos. Podemos dizer, sem dúvida, que os fatos políticos vêm crescentemente enfraquecendo esta proposta. Hoje é enorme o seu isolamento, a sua falta de base social, mesmo entre a burguesia que foi a grande beneficiária destes vinte anos de opressão.

Há, em segundo lugar, a vontade expressa claramente na estrondosa campanha das diretas. Ela se manifesta pela reivindicação de eleições diretas já, mas podemos dizer seguramente que o sentimento que a faz mover e dar saltos é muito mais profundo e radical do que o contido nesta proposta. Há não apenas o desejo de eleger o próximo presidente: há sobretudo a vontade determinada de dar um basta à ditadura militar, de abrir um período de mudanças profundas na forma como a qual a economia do país veio sendo organizada. Há, sobretudo, um sentimento de insubordinação, de revolta que tende a se radicalizar.

Existem, em terceiro lugar, a vontade de fazer uma mediação entre estas duas vontades, de conciliá-las, de chegar a um lugar comum, de forma a harmonizar os conflitos. Esta vontade está hoje expressa com todas as letras pelos setores majoritários das oposições burguesas, ou seja, pelos setores majoritários do PMDB, do PDT e do PTB. Dirigem-se para esta proposta também setores cada vez mais importantes do próprio PDS e até figuras como a do vice-presidente Aureliano Chaves procuram se amoldar a este sentimento. Podemos dizer que esta expressão política tem uma base social determinada: a dos setores das classes médias mais abastadas e sobretudo da burguesia, a qual interessa buscar uma nova forma de dominação mais estável, com alterações não no modelo econômico mas na política econômica recessiva que vem sendo administrada pela ditadura em compasso com o FMI.

2. Para ser vitoriosa, esta terceira proposta tem que trabalhar em dois campos.

De um lado, ela tem que dobrar, tornar mais flexível a vontade continuista da ditadura, torná-la acessível a um acordo com as oposições burguesas que não pareça para elas uma simples rendição. Podemos dizer, hoje que os setores mais expressivos da burguesia vêm fazendo uma pressão sistemática sobre a ditadura nesta direção. No dia do fechamento desta edição, por exemplo, foi divulgado um documento assinado por 150 grandes empresários da construção civil, no qual o capital nacional predomina, pedindo um "candidato de consenso que concilie o Estado com a Nação". É, sem dúvida, um fato político interessante: a construção civil tem sido historicamente um setor que, privilegiado pelas mamatas e negociações tramadas com a participação de segmentos estatais, guarda uma

dependência grande em relação ao governo. O fato deste setor da burguesia vir a público para expressar as suas propostas políticas é um sinal dos tempos. Na verdade, todas as pesquisas realizadas por revistas especializadas na cobertura dos negócios e do patronato têm confirmado sempre a tendência dos empresários por um governo adaptado à realidade de um grande acordo nacional.

Um outro fato marcante, ocorrido nas últimas semanas foi o apoio emprestado pelo governo americano ao vice-presidente brasileiro, Aureliano Chaves. Hoje é público e notório os desacordos entre o general Figueiredo e seu vice. Pois o governo Reagan, apesar de não haver uma agenda oficial, abriu as portas da Casa Branca para um encontro com Aureliano Chaves.

Do outro lado, para a proposta de negociação se viabilizar é necessário conter o movimento de massas, controlá-lo. Aí o papel chave é desempenhado pelos partidos das oposições burguesas e, de maneira mais direta, pelos governadores eleitos que têm realmente o peso político determinante. É assim que se pode compreender os recuos e manobras dos governadores opositoristas nos últimos dias. É assim que se pode compreender a preocupação permanente destes governos de isolar, de um lado, o PT e ainda as correntes de esquerda na clandestinidade que não se aprisionam estritamente às propostas liberais. É assim que se marcam encontros frequentes entre líderes da oposição burguesas e figuras do Planalto. É assim que se veicula insistentemente a proposta de um mandato tampão de dois anos para o próximo presidente, ao final do qual haveria a convocação de eleições diretas.

3. Hoje, podemos dizer, no entanto, que esta tarefa, a de domesticar a campanha pelas eleições diretas não vai ser fácil. E não será fácil por um motivo muito simples: para realizá-la, as oposições burguesas terão que negar ou desviar todo o sentimento de indignação e mudança que toma conta das principais praças do país.

Não será fácil porque hoje, apesar de todas as suas debilidades, existe um partido que, por expressar a independência da classe trabalhadora, está disposto a levar à frente, até o fim a luta contra a ditadura. É inegável o crescimento e a presença do PT nesta campanha. A presença de Lula no Rio, por exemplo, serviu como um elemento fundamental para galvanizar e tornar possível a passeata dos duzentos mil no último dia 21 sem Brizola e sem PMDB.

Mas hoje, o papel do PT e dos setores combativos do movimento operário-popular não é o de simplesmente fechar o espaço para a conciliação. É o de fazer isso, apresentando uma alternativa de governo e de mudanças profundas na economia.

Se passar a emenda Dante de Oliveira, essa alternativa tem que se concretizar em uma candidatura única do movimento operário-popular, esforço para o qual o PT e a liderança de Lula joga um papel decisivo. Se não passar, tendo como certo que setores majoritários da oposição burguesa vão desertar das mobilizações de massas, é hora de levantar com toda a firmeza a exigência do fim da ditadura militar e da convocação de uma Constituinte Livre, soberana e democrática.

Campanha pelas eleições diretas

São mais de dois milhões em ação

As vésperas dos grandes atos de São Paulo e do Rio de Janeiro e 21 dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, o placar das diretas registra dois milhões nas praças públicas.

A marcha pelas diretas já mobilizou em todo país cerca de dois milhões de pessoas. Desde o fechamento da última edição do jornal até agora, realizou-se a passeata de 21 de março no Rio, que contou com a participação de duzentos mil manifestantes; no dia 31 de março, 50 mil pessoas fizeram em Londrina uma das maiores manifestações políticas da história do Paraná; no dia 23 de março, em Uberlândia, uma multidão surpreendente de 40 mil pessoas, apesar da chuva, garantiu o sucesso do ato; em São Bernardo, quinze mil pessoas participaram do comício pelas diretas; em Campina Grande, na Paraíba, dez mil pessoas foram às ruas se manifestar no dia 26 de março.

Para os próximos dias 5 e 6 de abril, estão previstos grandes comícios em Recife, Goiânia e Natal. Na capital pernambucana é esperado um comparecimento superior a sessenta mil

pessoas. Tudo isso sem esquecer o comício-monstro do Rio, cuja realização está marcada para o dia 10 de abril e a grande passeata em São Paulo programada para o dia 16 de abril.

Além disso, no momento exato do fechamento desta edição, um conjunto de entidades do movimento operário-popular discutia a organização de um plano de manifestações nacional e unificado para a véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, no dia 25 de abril.

Contrariando a cada vez mais forte tendência da oposição liberal a freiar o embalo da mobilização popular, o povo continua manifestando nas ruas sua decisão de ir até o fim na luta pela conquista das diretas.

Os esforços para a conciliação

É só este impulso popular conferido à campanha pelas diretas que explica o fato de que a ânsia pela negociação

com a ditadura, partilhada por largos setores das oposições burguesas, não tenha se tornado realidade até o momento.

Nas últimas três semanas, o episódio que gerou mais controvérsias foi o encontro mantido pelo secretário-geral do PMDB, o biônico Afonso Canargo, e o general Rubem Ludwig. A saída do encontro, o peemedebista deu uma declaração à imprensa, afirmando que as possibilidades da emenda Dante de Oliveira ser aprovada eram remotas.

Alguns setores do PMDB pediram a renúncia imediata do senador da secretaria-geral do partido. Mas a verdade é que, paralelamente a este encontro, já se manifestava uma ofensiva por parte dos governadores dos estados de Minas, Rio e São Paulo no sentido de conter a progressão dos comícios, com o intuito de não gerar um estado de ânimo incontrolável no

caso da não aprovação da emenda Dante de Oliveira.

Do lado da ditadura, após os choques na equipe palaciana sobre qual deveria ser a tática a ser seguida, prevaleceu a opinião de que o governo deveria enviar ao Congresso um plano de reformas constitucionais, contendo uma possível redução do mandato do presidente da República e a instituição de eleições diretas para o sucessor do sucessor de Figueiredo. Aí, o grande derrotado foi o grupo malufista que, juntamente com o general Medeiros do SNI e Abi-Ackel, ministro da Justiça, defendiam uma posição contrária. Esta proposta, é, no entanto, claramente abaixo do patamar necessário para atrair os setores das oposições burguesas para uma negociação, visando mais neutralizar o apoio de setores do grupo pró-diretas do PDS à emenda Dante de Oliveira.

Rio: a grande passeata atropela Brizola

As mobilizações pelas eleições diretas para presidente tem mostrado bem os limites do socialismo moreno do Brizola. O governo do estado vinha desenvolvendo uma aproximação cada vez maior com o governo federal. Recentemente essa boa relação foi bruscamente cortada pelo Planalto sem maiores explicações. Pressionado no plano administrativo, Brizola tenta barganhar a contenção do movimento em troca da reabertura da política de boa vizinhança entre os governos federal e estadual.

Isto ficou evidente na própria preparação do ato do dia 21 de março quando a postura dos representantes do PDT no Comitê Pró-Diretas do Rio de Janeiro foi de tentar confundir a convocação, através do adiamento continuado da data. Não satisfeito, uns poucos dias antes do dia 21, com a cidade coberta de pichações e cartazes, o governador internou-se num hospital alegando dores provocadas por um cálculo renal e buscando, a qualquer custo, cancelar o comício.

Apesar de algumas vacilações, o Comitê Pró-Diretas bancou a mobilização transformando o ato numa passeata da Candelária ao Obelisco do Rio Branco, seguida de um comício.



Rio: 200 mil pelas diretas, sem Brizola e sem PMDB.

Embora não contasse com a infraestrutura do Estado e tendo contra si a confusão lançada por alguns órgãos de informação que anunciavam que o ato havia sido cancelado, as entidades de base e a população garantiram o ato que contou com a presença de mais de 200 mil pessoas.

O orador mais aplaudido foi Lula

que entrou a sua intervenção na denúncia da conciliação que está sendo gestada entre a ditadura e os partidos burgueses. De passagem, tomou a defesa dos camelôs cariocas, constantemente atacados pelo governo do estado. O protesto da população furou o controle do ato e permitiu que os representantes do PCdoB e Prestes

São Paulo: Comitê vence recuo de Montoro

Talvez tenha sido em São Paulo onde o conflito entre o PMDB e a necessidade de avançar na campanha adquiriu um tom mais forte, levando quase à ruptura definitiva do governo de Montoro com o comitê pró-diretas.

Em São Bernardo, a prefeitura local que é do PMDB praticamente boicotou o ato realizado na cidade. E a manifestação não compareceram as principais figuras da oposição liberal. O grande choque, no entanto,

realização.

Após todo este período, o governo Montoro anunciou publicamente a sua saída do comitê e a disposição de não bancar com a infra-estrutura do governo a realização de um novo ato. O comitê pró-diretas e os outros partidos de oposição mantiveram a proposta, decididos a levá-la adiante mesmo sem a participação do governo Montoro. Prevendo o desgaste inevitável e pressionado pela bancada de

deputados do partido, o governo acabou aderindo à proposta, negociando a troca de um comício pela realização de uma passeata.

Assim, no próximo dia 16 em São Paulo uma passeata-monstro deverá largar a Praça da Sé em direção ao Anhangabau, também no centro da cidade. Ao final, está previsto a intervenção de representantes dos quatro partidos de oposição, além do prefeito de São Paulo, Mário Covas.

Paraná

Jornalistas em greve de fome

O jornalista do semanário Nosso Tempo, de Foz do Iguaçu, preso há dezoito meses e condenado a quatro anos de prisão com base na Lei de Segurança Nacional, entrou em nova greve de fome exigindo a sua imediata libertação.

A seguir, divulgamos uma nota divulgada por dezenas de entidades e pelos partidos de oposição em solidariedade ao jornalista.

"Ao Superior Tribunal Militar

Em nome das entidades abaixo relacionadas, manifestamos nossa preocupação e nosso inconformismo com a permanência no cárcere do jornalista paranaense Juvêncio Mazzarollo condenado pela Justiça Militar a quatro anos de prisão com base na antiga Lei de Segurança Nacional em função de matérias publicadas no jornal Nosso Tempo, de Foz do Iguaçu, ainda em 1981.

O castigo imposto ao jornalista — hoje na condição de único e último preso político do país — é francamente abusivo e reconhecidamente marcado pelo cerceamento à liberdade

de opinião e expressão.

Juvêncio Mazzarollo está encarcerado desde 27 de setembro de 1983, portanto há dezoito meses, causando-nos estranheza e perplexidade a continuidade desta situação, mesmo depois que, em dezembro último, a Lei de Segurança Nacional foi reformada e significativamente abrandada, com benefícios indiscutíveis para o jornalista.

Por injusta e descabida, a permanência do jornalista no cárcere político constitui um fato extremamente incômodo e constrangedor, pois ofende seus direitos de cidadão, afronta a consciência democrática do povo brasileiro, é extemporânea e denigre a imagem do país perante as nações civilizadas-conforme evidenciam as reiteradas manifestações da Anistia Internacional e de inúmeras outras entidades nacionais e internacionais. (...)"

Os contactos para a campanha de solidariedade ao jornalista podem ser feitos com a Federação Nacional dos Jornalistas, Rua da Mooca, São Paulo, 1921 — CEP 03103-São Paulo Fone: (011) 922863.

Espírito Santo

E jornalista preso faz greve de fome

Dois jornalistas do Espírito Santo, Francisco Flores e Romero Mendonça, encontram-se em greve de fome contra o desemprego e pela reabertura do jornal A Tribuna. Em campanha salarial, os jornalistas foram surpreendidos pela demissão de dois companheiros por motivos políticos. Assim, no dia 23 de março reunidos em assembleia frente ao edifício da empresa, deliberaram, por unanimidade, entrar em greve geral.

Como resposta, o grupo João Santos promoveu a

dispensa dos 70 jornalistas de A Tribuna e determinou o fechamento do jornal. A greve de fome dos dois jornalistas, foi, então, um recurso extremo em defesa da categoria e do jornal, que é considerado parte do patrimônio cultural capixaba.

Em apoio aos jornalistas de A Tribuna têm se manifestado não apenas os sindicatos de jornalistas de vários cantos do país, como também o conjunto das entidades democráticas e do movimento operário-popular.

Assine EM TEMPO

Tradição na luta contra a ditadura



A Editora Aparte Ltda.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP

CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal EM TEMPO

Nome:

Endereço:

Cidade:

Bairro:

Estado:

CEP:

Preços:

Assinatura anual: Cr\$ 5.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 3.000,00

Assinatura exterior anual: U\$ 35

Dossiê
Corrupção

Nunca tão poucos roubaram tanto neste país

Uma retrospectiva destes vinte anos sob o ponto de vista da corrupção, um dos pontos de honra da propaganda dos golpistas de 1964, nunca poderia estar afastada da tragicomédia: um dos baluartes do golpe militar moralizador era justamente o dr. Adhemar de Barros, aquele que disse "roubo mas faço"; pois bem, o os seus sucessores o reduziram a um trombadinha menor, um ladrãozinho pé-de-chinelo.

A corrupção nestes vinte anos, acompanhando o progresso geral do capitalismo, ganhou status de alta patente e perdeu o ranço da figura tradicional do malandro. Como disse, Chico Buarque, o verdadeiro malandro hoje "trabalha e chacoalha nos trens da Central"...

Não se trata de escândalo pelo escândalo. Trata-se aqui, de iluminar uma outra face da ditadura, a de revelar os caminhos pelos quais o poder econômico alicia reina e abre portas. Sabemos que um regime que se constitui em visceral inimigo do povo, só poderia resultar na mais desenfreada roubaheira.

O que foi denunciado de corrupção neste país nestes últimos anos é matéria para tomos e tomos de uma história ainda por se escrever. Mas, apesar de todas estas denúncias nenhum presidente da República, nenhum ministro, procurador geral da República ou governador, diretor de empresa ou superintendente de autarquia foi punido. Em uma monografia publicada pelo engenheiro gaúcho Ruy Gomes, chega-se à conclusão de que 869 servidores punidos de 1974 a 1979, 569 eram subalternos, 253 de nível intermediário e 47 do segundo escalão. Do primeiro, nenhum.

Quando uma CPI da corrupção foi instalado no Congresso para averiguar dez dos mais famosos casos denunciados, o PDS impediu a prorrogação dos trabalhos. Uma solidariedade mafiosa protege os homens do poder de toda apuração mais detalhada, de todo julgamento.

A verdade é que os brasileiros chegam aos vinte anos de ditadura sequiosos para que se faça justiça.



Andreazza

O ministro 10%

Em 1972, em pleno governo Médici, o Ministro 10% estava com a corda toda em obras faraônicas. E tome Transamazônica — o lema era "integrar para não entregar" — mas os interesses eram da U.S. Steel. Os resultados: uma estrada abandonada, coberta pela floresta, destruída pelas enxurradas e uma boa parcela de uma dívida externa de 100 bilhões de dólares. Mas o homem estava a mil. E tome ponte Rio-Niterói: a um custo que seria suficiente para construir duas pontes Rio-Niterói; com um número nunca divulgado de operários mortos em acidente de trabalho. Tudo isto sob a batuta do Ministério dos Transportes. De repente... inédito: o Tribunal de Contas da União rejeita as contas de um ministério. O dos Transportes! Claro que um ministro desses tinha que ser punido exemplarmente. E foi:

hoje é ministro do Interior. E mais: candidato a presidente da República...

Mas as coisas mudam. Em 1974 tínhamos um novo presidente. Um homem sério. Um luterano. Era enfim chegada a término a era das obras faraônicas. Terminara a aplicação de recursos públicos em empresas falidas. E foi bem assim que tivemos o acordo nuclear Brasil-Alemanha que, na prática, furou o monopólio estatal de material energético: urânio para a Alemanha. Verbas e mais verbas para a Fiação e Tecelagem Luftalla, aquela que o Maluf não tem nada com isso e o credencia a candidato a presidente da República. E, sobretudo, a usina hidrelétrica Itaipu, binacional que consegue ser lesiva a duas nações, sem contar a criminosa submersão de Sete Quedas.



Atalla

As delícias de um rico caloteiro

O pano de fundo do caso Atalla é a Copersucar e a política econômica voltada para a exportação. Entendamos inicialmente o peso da Copersucar: ela é responsável por 50% da produção de açúcar e do álcool produzidos no país e comparece com a porcentagem maior na exportação. O pagamento da dívida externa depende fundamentalmente das exportações. E, atingir a Copersucar significa basicamente uma desestruturação da principal estrutura exportadora do país.

É aqui entra o vivaldino Jorge Wolney Atalla. Graças à sua condição de grande produtor, e de associado, chegou à presidência da poderosa Copersucar. O compromisso fundamental de Jorge Atalla era e é o seu patrimônio e durante os

cinco anos que esteve à frente da Copersucar, aproveitou-se o quanto pode: em inúmeros bancos oficiais e privados levantou quantos empréstimos quis apresentando a Copersucar como avalista.

Ao fim de cinco anos foi destituído da presidência dos demais associados e limitou-se a não pagar os empréstimos tomados. Mexer em seu imenso patrimônio constituído principalmente de terras e imóveis? Nem pensar. Assim em 1980, seus débitos já andavam pela ordem de 23 bilhões de cruzeiros.

Pressionado para pagar seus débitos, o que fez o Sr. Jorge Wolney Atalla? Simples: solicitou ao governo um novo empréstimo 300 milhões de dólares. Aguarda-se a resposta do governo...

Capemi

O SNI e "peixões" na fraude

Os mais altos escalões do SNI estiveram envolvidos no escândalo da Capemi. A Agropecuária Capemi obteve em 1981 a concessão para o desmatamento da região a ser inundada pela barragem de Tucuruí, no Pará. A empresa, cuja falência foi decretada em 83 pelo governo federal, fazia parte do conglomerado que tinha na cabeça a Caixa de Pécúlios Militares. Para executar as obras de desmatamento na região de Tucuruí, a Agropecuária Capemi contratou um empréstimo de cem milhões de dólares junto ao Banco Nacional de Paris e teve como fiador o Banco Nacional de Crédito Cooperativo — entidade financeira cujo capital é majoritariamente estatal. Dos cem milhões de dólares foram adiantados 25 milhões, dos quais somente quinze milhões foram efetivamente aplicados. Dez milhões de dólares tiveram um destino "desconhecido". Na verdade, toda a "bolada" ficou a girar nos bolsos das grandes figuras do grupo Capemi, sobre o qual os altos escalões do SNI tiveram sempre uma grande influência.

As irregularidades afetavam o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o qual, frente a incapacidade da agropecuária de cumprir os seus compromissos com o

governo federal e o Banco Nacional de Paris, teve de assumir a dívida de 25 milhões de dólares junto ao banco internacional; o Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro — o qual tinha afiançado outra parte dos compromissos financeiros da empresa; a própria Eletrobrás que, pelo atraso na operação de desmatamento de Tucuruí, não pode por em funcionamento a hidrelétrica o que significa, até outubro de 84, um aumento de custos da ordem de 355 milhões de dólares.

Mesmo com a proteção autoconcedida pela máfia militar, alguns nomes vieram a público, mesmo que, em alguns casos, à custa do assassinato por conta do SNI do escroque Baumgarten.

É assim que generais como Ademar Messias de Aragão e Sílvio Válder Xavier; o coronel Ivani Henrique da Silva e nomes civis como Paulo Renato de Oliveira Figueiredo (filho de Figueiredo), e Fernando de Oliveira e Cruz e Nelson Oliveira e Cruz, parentes do general Newton Cruz foram arrolados. Não é preciso dizer que o processo está sustado, já que as denúncias contra os principais implicados não foi aceita.

As multi e os generais

Corrupção de alto nível

Um outro aspecto da corrupção, digamos, de alto nível é praticado pelas multinacionais com as nossas autoridades. Quer dizer: dificilmente se encontra uma multinacional que não tenha entre seus executivos um general (há muito tempo Millor Fernandes observara que temos generais para comandar todos os exércitos do mundo), ganhando altas somas para trabalhar nada. Isto significa chaves para abrir portas mais resistentes. Alguns poucos exemplos:

A Siemens, uma multi alemã na área da eletrônica, dominava o mercado de telefones até metade da década 60. De repente a Ericsson, uma multi sueca da mesma área, numa formidável estratégia de marketing tomou a dianteira ficando algum tempo com o monopólio. A formidável estratégia de marketing chama-se Juracy "O-que-é-bom-para-os-Estados Unidos,-é-bom-para-o-Brasil" Magalhães, um dos muitos flagelados desabados sobre a Bahia.

A Dow, multi americana da área químico-farmacêutica, pegou um santo, até bem pouco tempo, forte: Golberi do Couto e Silva. E até hoje deita e rola nestas terras tupiniquins. Adivinhe quem fornece o desfolhante agente laranja que a Capemi usa na Amazônia? Adivinhe qual a única empresa, fora a Petrobrás, que tem uma doca particular no principal porto brasileiro (Santos)?

Mas nem só de generais vive esta forma de corrupção. Figuras ministeriadas e ministeriáveis também mamam.

O "barítono bêbado" quando deixou o Ministério de Planejamento foi cantar noutra freguesia e acabou no City Bank. Talvez porque a multinacional financeira goste de prestigiar talentos locais. Talvez. Saúde, Mário Henrique Simonsen.

Amaury Stábile, ex-ministro da agricultura, ver EM TEMPO n.º 186, é acionista, junto com a esposa detém 15%, de uma multi japonesa da área eletrônica, a Sharp.

Light

Caindo no conto do vigário

Vimos na imprensa, neste ano de (s) graça de 1984, o comovido apoio do "incorrupível" ex-presidente Geisel ao "ético" presidenciável Aureliano Chaves. Involuntariamente levamos as mãos aos bolsos para segurar as carteiras. De resto, um gesto inútil; já não há o que segurar. Isto porque nos lembramos daquele ano de 1978 e a compra da Light.

Lembrei-nos de alguns dados do contexto: naquela época, a dívida externa era de 40 bilhões de dólares — hoje é de 100 bilhões de dólares —, a compra foi pela "modesta quantia" de 380 milhões de dólares e mais uma dívida externa, a ser assumida, de 700 milhões de dólares.

Não há de faltar quem argumente que com tal transação nos livramos da exploração do grupo anglo-canadense que detinha o monopólio da distribuição da energia elétrica nos dois principais pólos, São Paulo e Rio.

Conversa mole para boi dormir. Acontece que o monopólio era uma

concessão que se expiraria por volta de 1988. E, finda a concessão, todo o patrimônio passaria para o domínio do Estado sem nenhum tipo de indenização. Isto mesmo: de graça. Talvez o nosso gosto pelos grandes títulos fique satisfeito ao constatar que a compra foi considerada a maior negociata da nossa História. Até então.

Dois pequenas informações para complementar: o estado de obsolescência já em 78 era altíssimo e a esse fato se somava o fato de que quando no governo Goulart circulou o boato que a Light seria estatizada, a companhia passou a ampliar suas instalações usando postes de madeira para lesar um pouco mais o Tesouro Nacional.

Na época, conforme noticiado no **EM TEMPO** n.º 45, foi movida uma ação popular encabeçada pelo jornalista Hélio Fernandes e pelo jurista modesto Carvalhosa que deu em...nada.

Coroa-Brastel

O maior rombo da história

Este é um escândalo em ritmo de Brasil grande: o Coroa Brastel, que é Laureano também. E inclui figuras do porte de Delfim Netto, Ernane Galvão, Carlos Langoni, Hermann Wagner Wey, Assis Paim Cunha e outros menos votados.

Como é uma história cheia de afirmações e desmentidos, acusações parte a parte, citamos logo os dados incontestáveis: um rombo de 418 bilhões de cruzeiros e, nada menos, de vinte mil pessoas diretamente prejudicadas.

Fora o próprio Assis Paim Cunha, ex-presidente da Coroa-Brastel, que foi à falência, o único implicado que foi atingido até agora foi Hermann Wagner Wey que perdeu seu posto no Banco Central onde era chefe da Diretoria de Mercado de Capitais por ter obstruído uma inspeção financeira à Coroa-Brastel mesmo sabendo de sonegação de impostos, desmesurado crescimento de aplicações e de pagamentos de fornecedores com letras de câmbio frias, isto é, sem lastro comercial.

Segundo o próprio Paim, o que aconteceu foi o atendimento de um pedido do governo, via Delfim Netto e Ernane Galvão, para assumir a falimentar Corretora Laureano a fim de evitar o pânico no mercado financeiro e o agravamento da crise interna. Ante a argumentação de que não dispunha de recursos para fazê-lo, foi convencido pelos figurões com a garantia de que teria todas as coberturas por parte do Banco Central. E ele teria acreditado. Nesse meio tempo, Carlos Langoni teria em mãos material para derrubar Delfim e Galvão. Na tentativa de fazê-lo, a corda terminou quebrando do lado mais fraco e nem o próprio Langoni conseguiu se segurar.

Como se ressaltou as certezas em termos de dados numéricos, adiantam-se as certezas em termos de resultados: quem mamou? Eles. Sobre quem vai recair os gastos? Em nós. Quem será punido realmente? Ninguém.

Lutfalla

O prêmio de Maluf

Devido às características do caso e, principalmente, às suas implicações, tentaremos acompanhar a cronologia do muito interessante caso **Lutfalla**. Interessante pela impunidade e mais ainda pela premiação a quem teve como requisito a cara-de-pau de afirmar: "não tenho nada com isso".

No ano de 1972, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE — fazia um empréstimo de 13 milhões de cruzeiros à Fiação e Tecelagem Lutfalla para capital de giro e equilíbrio da situação financeira. Os empréstimos — foram muitos — continuaram durante três anos mas, respeitamos a cronologia.

No ano de 1974, a despeito de todos os financiamentos, a empresa apresentava um prejuízo calculado em 150 milhões de cruzeiros. Que providência tomou a família que dava nome e controlava a empresa? Transferir seus bens pessoais de modo a evitar que fossem executados pelos credores. Exemplo da socialização segundo a classe dominante brasileira: os bens e lucros são nossos; os ônus e prejuízos, vossos.

No ano de 1975, a conclusão dos financiamentos que já totalizavam 350

milhões de cruzeiros. Os principais acionistas eram então Sílvia Lutfalla Maluf, com 56,5% das ações e Vera Lutfalla Jafet, com 43,4%.

Na declaração de bens de Paulo Salim Maluf, ao deixar a Secretaria de Transportes do governo de São Paulo em 1975, constava 8,6 milhões de cruzeiros em ações da LUMAVER (Lutfalla, Maluf, Vera Lutfalla Jafet), empresa holding; 16 mil cruzeiros em ações da Boa Vista (Empreendimentos S/A), subsidiária da LUMAVER; e 555 mil cruzeiros em ações da Fiação e Tecelagem Lutfalla. Maluf é o tal do "não tenho nada com isso". Inclui o seu assessor jurídico em 1978 distribuiu uma nota declarando "o engenheiro Paulo Salim Maluf nunca foi diretor, acionista ou avalista da S/A Fiação e Tecelagem Lutfalla".

Conclusão. Por telex direto do ministro João Paulo dos Reis Velloso, o BNDE assumiu a falida Fiação em 1976. Sílvia Lutfalla Maluf teve seus bens intocados. O marido desta (em comunhão de bens) e acionista Paulo Maluf ganhou uma gestão no governo do estado, de saudosa memória como diria o povo da Freguesia do Ó.

Delfin

As mãos nos cofres do BNH

O ano de 83 foi pródigo em estouros em começou com o da Delfin (com n, como m ainda não). Era a maior empresa privada de poupança do país. Agia com os pequenos depositantes e, ainda assim, tinha contabilizado mais de cem bilhões de cruzeiros em suas agências legais. Tinha agências clandestinas também.

A Delfin foi por quase dez anos socorrida pelo BNH — aquele banco criado pelo governo militar de 64 para resolver o problema de habitação no país e que levou à miséria e ao desemprego inúmeros chefes de família — apesar de ter 3,4 milhões de depositantes.

O caso veio a público, saindo do conforto dos gabinetes oficiais, com a divulgação de uma venda de terrenos em que se inventou um matreiríssimo sistema de avaliação, um tal de valor potencial. Algo assim como avaliar-se

não o valor real do terreno e sim o valor que este teria depois de construído de acordo com o que se construísse nele. Colocando em valores numéricos para demonstrar melhor a ladinice da coisa: os terrenos comprados pelo BNH — aquele mesmo que emprestava dinheiro a rodo para a Delfin — pelo valor potencial de 60,8 bilhões de cruzeiros valiam na verdade, incluindo toda sorte de especulação, onze bilhões de cruzeiros.

É claro que um negócio dessa natureza só foi efetuado porque o dinheiro em jogo era do povo. Mesmo com a intervenção decretada pelo Banco Central, o controle das poupanças passadas para a Caixa Econômica Federal, o BNH teve um prejuízo líquido de mais de duzentos bilhões de cruzeiros. E, só para lembrar, de quem é mesmo o dinheiro que o BNH movimentava?



Banco Econômico Com a cobertura do Banco do Brasil

Um dos setores da economia mantidos à salvo da dominação do capital estrangeiro ao longo desses vinte anos foi o bancário. Pouca coisa se soube dos crimes de colarinho branco. Por isso, não foi pequena a surpresa quando estourou o escândalo do Econômico durante o governo Geisel. Até o começo da década de 70, este era o segundo banco do Bahia. O primeiro foi depois incorporado ao Bradesco.

O escândalo consistia no não pagamento de alguns cheques administrativos do Econômico. Os cheques terminaram sendo cobertos pelo Banco Central (dinheiro nosso, é claro). Para tanto foi necessário arranjar um bode expiatório. Esse papel foi desempenhado por um gerente do Econômico de nome José

Maria cujo depoimento prestado foi ditado por um diretor administrativo de nome Joselino Assunção. E foi persuadido a aceitar o papel após três dias de prisão no próprio banco e num posto policial em que esteve incomunicável.

O valor dos cheques do Econômico e que foi coberto pelo Banco Central foi de 198 milhões de cruzeiros, em valores correntes na época. E o presidente do Banco do Brasil coincidentemente era o Sr. Angelo Calmon de Sá, expoente da família que controla o Econômico.

Outro aspecto que terminou vindo à tona com o escândalo dos cheques administrativo: o Econômico cobria sistematicamente cheques frios de instituições financeiras, cobrando-os depois com juros extorsivos.

Escândalo da mandioca Uma trama de assassinato e fuga

Um! Finalmente um! Pois não é que finalmente um escândalo financeiro está tendo o tratamento que todos deveriam ter? Pois é... Tendo consciência da perplexidade que causaria, o próprio presidente do Tribunal de Contas da União chegou a comentar "Aposto que vocês não esperavam por essa, não é?" No histórico 28 de fevereiro de 1984, 75 envolvidos "no escândalo da mandioca" foram intimados a devolver aos cofres públicos cerca de 700 milhões de cruzeiros.

Convenhamos que o "escândalo da mandioca" não é nada rotineiro. Começa que ocorreu longe dos grandes centros (dos privilegiados impunes, portanto). Mais especificamente na cidade de Floresta, Pernambuco. O valor atual está por volta de 11 bilhões de cruzeiros. A

verba era originária da Proagro do Banco Central e deveria ser repassado a cultivadores da mandioca. Porém diversos funcionários do Banco do Brasil, incluindo o gerente, montaram um esquema para o desvio da verba que incluía até mesmo atestado falso de plantação passado por um órgão estatal, a Emater. O Banco do Brasil foi acusado de "falta de rigidez no controle interno do banco" por Mário Pacini, presidente do TCU.

Outro aspecto pouco usual em casos dessa natureza: o procurador geral da República, Jorge Mello, responsável pela investigação denunciou o major da PM de Pernambuco, José Ferreira dos Anjos. E foi angelicamente silenciado. À bala. O major "misteriosamente" fugiu da prisão a que foi recolhido. E ninguém conhece o seu paradeiro...

Uma crise econômica catastrófica

A crise vivida hoje pelo capitalismo brasileiro é muito mais grave, profunda e de solução mais difícil do que aquela que no início dos anos sessenta atingiu a economia e que foi um dos principais pretextos para o golpe de 1964.



A necessidade de sanear a economia brasileira foi uma das justificativas principais apresentadas pelos articuladores do golpe de 64. Hoje, passados vinte anos, a economia brasileira vive a mais profunda crise de sua história. E é mais que oportuno compará-la com a crise que afetou a economia brasileira nos meados dos anos sessenta e que foi um dos cardápios prediletos no prato dos golpistas.

A crise hoje é sem dúvida, muito mais grave do que a vivida em 64. Isso fica evidente ao se analisar dados simples como a taxa de crescimento da economia e a inflação num período e noutro. No primeiro período, digamos de 1962 a 1968, a inflação situou-se na média de quase 50%, semelhante àquela verificada no período que vai de 1974 a 1980.

Entretanto, ao passo que em 1968 a inflação era descendente, em 1980 ocorria exatamente o contrário. Assim, a inflação evoluiu para 211% em 1983 e atualmente está em processo de aceleração para 300%.

Quanto às taxas de crescimento da economia, ocorre algo semelhante. No período de 1962 a 1968 há uma redução da taxa de crescimento que cai para 4,3% assim como no período de 1974 a 1980 há idêntica redução em relação à fase do chamado "milagre". Por outro lado, de 1981 em diante, ao invés de termos uma retomada do surto expansivo (como aconteceu depois de 1968) temos um aprofundamento da crise e, pela primeira vez desde 1929, recessão (uma queda de cerca de 2% do Produto Interno Bruto ao ano).

Três diferenças importantes

Na realidade, três são as diferenças importantes entre os dois períodos. A primeira delas está no fato de que o arrocho salarial adquiriu no período mais recente um peso irrelevante como política de combate à própria crise, ao contrário do ocorrido nos anos sessenta. Isto se explica não só pela mudança da correlação de forças (já que 1964 representou uma derrota para os trabalhadores e há uma retomada do movimento operário ao longo da década de 70), como também pelo fato de que o baixo nível dos salários fez como que eles representassem um componente mais baixo na composição dos custos das empresas, ultrapassados em muito pelos juros, impostos e pelos próprios lucros dos setores monopolizados.

A segunda diferença e, talvez, a mais importante encontra-se na situação absolutamente distinta do capitalismo internacional. Na verdade, a despeito de que no final dos anos sessenta já se apresentassem sinais de crise (por

exemplo, pequena recessão na Alemanha e nos Estados Unidos), havia ainda uma fase propícia ao crescimento do comércio internacional. Havia igualmente uma situação de boa liquidez financeira, isto é, possibilidades de se obterem empréstimos externos a juros relativamente baixos. Assim, foi possível basear a rápida recuperação da economia ocorrida após 1967 no crescimento das exportações e importações e no endividamento externo, aumentando consequentemente a integração da economia brasileira ao capitalista internacional.

Entretanto, após 1974 o crescimento das principais economias capitalistas reduziu-se bastante, o comércio internacional estagnou-se ao mesmo tempo em que explodiu a "crise do petróleo". Por fim, tivemos uma grande elevação da taxa de juros no mercado financeiro internacional.

A mudança na agricultura

Uma terceira diferença fundamental está na mudança "estrutural" promovida

De joelhos diante do imperialismo

O processo de internacionalização que ocorreu após 1964 foi o mais intenso já visto no Brasil. Ele está na base da situação atual na qual o país é o maior devedor do mundo e o FMI reina.

A evolução da economia brasileira que se segue ao golpe de 1964 assiste ao maior surto de desnacionalização e internacionalização já visto no Brasil. Até então, mesmo em períodos como no "Plano de Metas" do governo Juscelino Kubitschek (1956-61), podemos considerar o crescimento do índice de internacionalização pouco significativo.

Neste período, por exemplo, apesar de um expressivo processo de internacionalização (foi a fase da criação da indústria automobilística, entre outras), tivemos igualmente um surto de crescimento e de criação de novas empresas nacionais (como é o caso de quase todo o setor de autopeças). O que resultou foi um aumento relativo do número e do peso da presença das empresas nacionais privadas e estatais.

A partir de 1964 e, especialmente, no período após 1968, quando se retoma o processo de crescimento acelerado, a internacionalização, ao contrário do ocorrido anteriormente, cresce. Assim, a participação das empresas multinacionais no ativo total que ia pouco além de 20% no início dos anos sessenta, elevou-se para 32% em 1973, em pleno auge do chamado "milagre econômico".

Este percentual torna-se ainda mais expressivo quando lembramos que a predominância do capital estrangeiro se dá nos ramos mais dinâmicos, como o do material elétrico e de telecomunicações, mecânica, material de transporte, borracha.

Como resultado deste processo, tem-se não só o aprofundamento da dependência de um modo geral mas, particularmente, uma maior ligação com o capitalismo internacional em todos os níveis. Por exemplo, o coeficiente de importações da indústria (isto é, o que mede a participação das importações no total da oferta interna de bens industriais) que vinha diminuindo desde os anos trinta, voltou a crescer a partir de 1969, alcançando nos primeiros anos da década de setenta (1970-75) cerca de 10,7%.

Enfim, a realidade caminhou no sentido contrário à propaganda feita pela ditadura de que, com o crescimento da economia, estava se criando uma potência capitalista, dona do seu próprio destino. É evidente que um tal esquema lançou as bases para a atual situação, na qual o país deve mais de cem bilhões de dólares e se submete, como um cordeiro, aos planos e caprichos do FMI.

As consequências destas mudanças na agricultura, além de serem desastrosas para os trabalhadores rurais, foram catastróficas do ponto de vista econômico.

No período que vai de 1962 a 1968, o controle da inflação foi conseguido não apenas pelo arrocho salarial mas por uma grande queda dos preços agrícolas em relação aos preços dos produtos industriais. Para tal desempenho, a contribuição da agricultura artesanal foi decisiva apresentando um crescimento significativo nas várias "fronteiras agrícolas" que se formaram na época.

A partir de 1968, o aumento dos preços agrícolas foi bem maior que os preços dos produtos industriais, seja no período do chamado "milagre", (cerca de 62% acima), seja no período que vai de 1974 a 1980 (mais de 46%). Aparentemente, temos uma reversão desta tendência nos anos 1981-1982. Mas em 1983, a agricultura responde com uma má safra: esta, aliada à política de exportação a qualquer custo do governo, produziu uma violenta reação dos preços agrícolas que cresceram em torno de 300% contra 200% dos preços industriais neste ano.

Com isto, podemos dizer que em 1983 os preços agrícolas comparados com os preços dos produtos industriais eram cerca de 60% mais altos do que em 1962.

Em resumo, ao invés de se constituir em um fator de dinamização de acumulação do capital, a agricultura enquadra-se hoje muito mais no rol dos problemas, o que contribuiu decisivamente para aprofundar a atual crise.

Uma crise de solução mais complexa

Em seu conjunto, os três fatores acima assinalados, ou seja, a ineficácia da política de arrocho salarial, a maior integração no circuito capitalista aliada à crise internacional e, por fim, a mudança estrutural da agricultura convergem para o aprofundamento da crise. Uma crise cuja solução em termos capitalista é muito mais complexa do que aquela verificada na década de 60.

Uma crise que do ponto de vista capitalista, não pode ser resolvida apenas com uma derrota política dos trabalhadores. Pois exige uma redefinição das relações do capitalismo brasileiro com as economias capitalista centrais ou mesmo mudanças profundas na estrutura agrícola, que afetem diretamente poderosos interesses burgueses.

Porisso, ao contrário dos tempos idos e vividos dos anos sessenta, a crise agora capitalista é longa e permanente.

Movimento estudantil

Greves agitam universidades

Enquanto nos últimos dias de março, foram realizadas manifestações em repúdio aos vinte anos da ditadura estudantes de várias universidades federais entraram em greve em protesto contra o aumento acintoso do preço das refeições dos restaurantes universitários.

Apesar de todos os problemas existentes em seu movimento, principalmente nas entidades gerais, os estudantes continuam a se mobilizar massivamente. A greve com ocupação da reitoria na Escola de Comunicação das Faculdades Metodistas do ABC foi amplamente vitoriosa, com a conquista de todas as reivindicações e o retorno às aulas num clima de festa. Na Universidade Estadual de São Paulo, a luta pela posse do reitor eleito pela comunidade universitária prossegue com os campi de Ilha Solteira, Presidente Prudente e Botucatu já em greve e os demais preparando a greve geral.

A luta pelas diretas já

A integração dos estudantes na campanha por eleições livres e diretas já também está sendo positiva. Um Plebiscito Nacional foi realizado nos dias 26 e 27 de março. No dia 28, Dia Nacional de Luta em protesto contra os 20 anos de ditadura militar, houve manifestações em várias cidades, sendo que em São Paulo foi realizado um comício com cerca de seiscentas pessoas na Praça da Sé seguido de uma passeata pelo centro da cidade.

Em Porto Alegre, dois mil estudantes realizaram uma Caminhada da Educação pelas diretas, gritando palavras-de-ordem de repúdio ao regime militar e sendo aplaudidos pela população que das janelas fazia uma chuva de papel picado. Após a caminhada, houve um ato-show

Plebiscito nas universidades

95% a favor das diretas já

Na grande maioria das universidades do país foi realizado nos dias 26 e 27 de março um plebiscito abrangendo toda a comunidade universitária estudantes, funcionários e professores sobre as eleições diretas para presidente da república.

O plebiscito, encaminhado pela ANDES, UNE e FASUBRA, teve a participação de 70 mil votantes. Apesar do baixo comparecimento devido a problemas de organização o resultado não deixa absolutamente margem de

dúvida que a comunidade universitária (uma maioria de cerca de 95% dos votos) está pelas eleições diretas imediatamente.

Além disso, como diz o manifesto conjunto UNE-ANDES-FASUBRA, "estudantes, professores e funcionários de todos os estabelecimentos de ensino superior estão unidos na campanha nacional em todos os Estados, construindo juntos um movimento que não se esgota na votação da emenda pelas diretas".

pelas diretas, com a presença de cerca de oito mil presentes.

A greve nas federais

No entanto, é nas universidades federais que a mobilização é maior. A portaria do MEC que retirou os subsídios aos restaurantes universitários produziu como efeito aumentos inaceitáveis nos seus preços e diversas universidades estão por isso em greve. Na Paraíba, uma das primeiras a se mobilizar, houve inclusive uma greve de fome de vários estudantes no Campus de João Pessoa, sendo que

Mossoró, no interior do estado, 600 estudantes ocuparam a reitoria.

Em Natal, no Rio Grande do Norte, cerca de oitocentos estudantes tomaram a reitoria e, apesar do reitor ter suspenso as aulas e fechado a universidade, cerca de trezentos estudantes lá permanecem. Além disso, estão em greve as universidades federais de Juiz de Fora, do Ceará, de Sergipe, do Acre e São Carlos, podendo o movimento ser deflagrado também em Pernambuco, na Bahia, em Santa Maria (RGS), em Viçosa (MG) e Ouro Preto (MG).

São Paulo Um desafio para o PT

Ao nível das escolas, até que o movimento estudantil não vai mal. Mas o mesmo não pode ser dito das entidades, principalmente as gerais, cujas instâncias continuam esvaziadas, distantes do cotidiano dos estudantes e cujas deliberações têm escasso retorno. Isso é particularmente verdadeiro para a UEE-SP, cuja diretoria, que representava a esperança de milhares de estudantes e que não tem estado à altura de suas tarefas. Dividida, apesar do esforço de oito de seus diretores, não conseguiu encaminhar unitariamente as diversas lutas que ocorreram.

A principal tarefa do I Encontro Estadual de Estudantes Petistas, que ocorrerá nos dias 14 e 15 deste mês deve ser a elaboração de um programa que permita a unificação dos petistas no movimento estudantil. Pois só com uma intervenção unitária é que o PT poderá se afirmar enquanto dirigente das lutas e contribuir decididamente na superação dos problemas desse movimento.

Mas se a unidade do partido é extremamente importante, a conquista dessa unidade é inseparável do exercício pleno da democracia interna. Por isso, é de se estranhar os critérios de participação desse I Encontro nas reuniões preparatórias que tenham até quatorze presentes todos os delegados serão eleitos por quem estiver com maioria simples e, nas reuniões de mais de 14, será necessário 30% dos votos para a minoria eleger delegados. Ora, isso é contra as tradições do PT, que fixa 10% como limite como também contra as do próprio movimento para cujos congressos são eleitos delegados proporcionalmente aos votos obtidos, sem limite algum.

Além disso, seria também um grave desrespeito à democracia partidária a exclusão de correntes de pensamento no interior do partido. Pois só com a síntese e participação de todas as suas correntes é que o PT poderá intervir decisivamente para ajudar o movimento estudantil a superar de vez seus problemas.

8 de Março

Comemorações politizadas e unitárias

No Rio Grande do Sul em Minas Gerais as atividades de comemoração ao 8 de março se prolongaram com a realização de shows e manifestações combinando as bandeiras feministas com a reivindicação de eleições diretas já.

"Nós, mulheres, lutamos contra a ditadura, porque ela nos agride e oprime enquanto mulheres. Nós, trabalhadoras que não temos creches para colocar os filhos; donas de casa, que sofremos com a falta de comida, brasileiras que assistimos a implantação do controle de natalidade em nosso país. Nós, que já batalhamos pelo direito de votar, exigimos eleições livres e diretas já! Lutamos pelo fim do regime militar e sua política econômica!" Assim falavam em coro as mulheres presentes na manifestação do dia 8 de março, organizada pelo Movimento Unitário da Mulher Gaúcha (MUMG). Carregando faixas e cartazes com suas principais reivindicações, as mulheres se dirigiram até a Assembleia Legislativa onde entregaram à Presidente um documento que além de ressaltar a importância da luta pelas diretas, reivindicava a criação de uma comissão especial para assuntos das mulheres, com representantes das diversas categorias de trabalhadoras.

No domingo, 18 de março, foi realizado um show político com intervenção de representantes

dos grupos feministas, UEE, RS, CET, dos partidos (PMDB, PDT e PT), das mulheres negras e das mulheres do Grajaú (São Paulo).

Assim como nos demais estados, a principal questão colocada pelas mulheres nas comemorações do seu dia foi a luta pelas eleições diretas e o seu desdobramento nas principais reivindicações específicas.

Movimento unitário

Composto por representantes de entidades, grupos de mulheres, partidos políticos e mulheres interessadas, o MUMG comemora já o seu segundo 8 de março e, apesar das dificuldades, tem conseguido assegurar um nível importante de unidade. Nele se fazem sentir as divergências entre as diversas forças políticas que o compõe: o PMDB, que privilegia uma via parlamentar para o movimento; o PDT, com seu temor às mobilizações de massa e o PT, tentando apontar para a massificação do movimento, para o trabalho de base nas vilas e nas fábricas, mas com uma intervenção bastante frágil.

Apesar das militantes do PT

participarem ativamente da preparação do 8 de março, isso não reverteu em peso político. O partido não interveio enquanto tal, buscando implementar sua visão e suas propostas. Isso acontece principalmente em função do peso ainda secundário que o PT confere ao movimento de mulheres. A precariedade da intervenção do partido no 8 de março, e, por outro lado, as possibilidades de trabalho que vem se abrindo, com o desmontar de muitas mulheres trabalhadoras e de vilas para as suas questões, demonstram que já está mais do que na hora do partido se comprometer com a discussão do movimento de mulheres.

Belo Horizonte

Quem passou pela Praça Sete, no centro de Belo Horizonte, no dia 16 de março, entre 17 e 19 hs, deparou com um grupo de mulheres sentadas no chão. "Estamos em silêncio agora para não calarmos nunca". Esta era uma das faixas que explicava o sentido da manifestação. Tratava-se de um protesto contra o "autoritarismo", puro e simples do governo do Estado de Minas

Gerais, que proibiu as comemorações do Dia Internacional da Mulher, programadas para a Praça Sete.

As pessoas se aglomeravam em torno às manifestantes. Interrogadas pela televisão, todas se solidarizaram com as mulheres e criticavam um governo que, eleito com um programa de oposição à ditadura, agia com igual autoritarismo.

Fato que também merece registro foi a atuação da grande imprensa. Presentes jornalistas da quase totalidade dos meios de comunicação de massa no ato final, a grande maioria dos veículos silenciaram sobre o protesto. Certamente para não comprometer a imagem "democrática, liberal" do governador Tancredo Neves a nível nacional. Convivência dos padrões das comunicações com a campanha de Tancredo à presidência da República.

Novas perspectivas

Mas com proibição governamental e tudo, encerrou-se naquele dia um 8 de março que marcou um novo momento no movimento de mulheres mineiras. Não foram comemorações

massivas, como em anos anteriores. No entanto, a participação conjunta de sindicatos, entidades feministas, partidos, movimento negro e mulheres organizadas em bairros foi, sem dúvida, algo de grande significado. Podemos dizer que o movimento caminha para uma real inserção de base. Forma-se uma liderança sindical, inserida nas categorias. A Associação de Mulheres do Barreiro, que reúne pessoas de diferentes bairros, traz à cena a força organizada das donas-de-casa da periferia. É esse o grande saldo que fica a olhos vistos.

Hoje não se mobilizam mais milhares de mulheres apenas pela novidade e pela força espontânea da nossa luta. É hora do movimento criar sua própria base organizada. Para isso, é preciso chegar à todos os locais onde as mulheres estão: no trabalho, em casa, nas escolas.

Na avaliação realizada pelos grupos que organizaram o 8 de março foi decidida a continuidade de aquelas reuniões, das nossas ações unitárias. Ideias surgiram em torno à questão do Planejamento Familiar, ao 1º de maio, ao dia das mães.

Cuba

A história de um vergonhoso bloqueio

O Brasil de 64 até hoje serviu docilmente à política do imperialismo de hostilizar e, se possível, destruir a revolução cubana. Nos vinte anos de existência da ditadura, o PT elabora a proposta de uma ampla campanha nacional pelo restabelecimento das relações diplomáticas com a ilha socialista.

A secretaria de Relações Internacionais do PT está elaborando um programa que institui 1984 como um ano de luta pelo restabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba. Quando a ditadura brasileira comemora, sem honra nem glória seus 20 anos de existência, essa bandeira assume uma importância especial já que um dos primeiros "atos" do golpe militar de 64 foi o rompimento das relações com Havana, para mostrar seu total alinhamento com os interesses imperialistas dos EUA e seu anti-comunismo feroz.

Ainda que o programa do PT não esteja totalmente definido já se sabe que, como parte do mesmo, Lula e uma comitiva do partido viajarão a Cuba em maio próximo (num itinerário que também inclui a Nicarágua).

A questão cubana não constitui apenas um mero problema "diplomático" a resolver. Trata-se de quebrar a forte pressão que os EUA exercem sobre todos os países da América Latina, que rompendo diplomática e comercialmente com Cuba passaram a participar da estratégia norte-americana de "afogar" a ilha em problemas econômicos sem prejuízo de agressões militares diretas.

Isto foi consolidado em 1962 com a decisão tomada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) de expulsar Cuba como país membro e recomendar a todos os seus integrantes o rompimento de relações. De lá para cá, o único país que não rompeu seus vínculos com a ilha foi o México, uma exceção honrosa.

A decisão tomada pela OEA foi a conclusão lógica da ofensiva iniciada pelos EUA de sufocar a revolução cubana. Em 1960 o governo americano cancelou sua importação de açúcar cubano, sendo que até então era seu principal cliente. Este foi um duro golpe para os cubanos que tinham no açúcar seu principal produto de exportação. Em 4 de janeiro de 1961 os EUA rompem formalmente suas relações com o governo de Fidel Castro. Simultaneamente a CIA estava preparando contrarrevolucionários e mercenários para combater a ilha. Em 17 de março desse ano, saindo do sul dos EUA, os contrarrevolucionários invadem a Playa Girón, sendo derrotados após dois dias de combate. Em consequência, o governo americano passa a promover o bloqueio econômico à ilha.

É neste clima que se chega à Assembleia Geral da OEA em Punta del Este (Uruguay) em fevereiro de 1962. Cuba, representada pelo Comandante Che Guevara, desmascara a manobra articulada pelos EUA contra a revolução. Não obstante, a Assembleia decide excluir a organização.

A nova realidade

Nos últimos anos, entretanto, alguns acontecimentos importantes passam a alterar a correlação de forças a nível da América Latina, tornando-se mais difícil para os EUA obter apoio incondicional para sua política de agressão.

O surgimento de uma segunda revolução vitoriosa na Nicarágua em 1979 demonstrou o fracasso das tentativas



Primeiras milícias operário-camponesas formadas para a defesa da revolução 25 anos atrás.

norte-americanas de evitar a "repetição" da experiência cubana, assim como reatualizou mais uma vez a legitimidade dos regimes revolucionários na cena mundial.

Somado a isto as divergências entre os "centros" imperialistas fizeram com que os intentos de bloqueio econômico dos EUA à Nicarágua tenham sido contestados por outros países industrializados como Suécia e Espanha, por exemplo, que continuam dando apoio à Nicarágua.

O reconhecimento da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional como "interlocutor" em El Salvador pelos governos do México e da França, foi outro indicador dessa nova situação.

A guerra das Malvinas em 1982 representa outro momento de desgaste da política americana, quando os EUA decidiram alinhar-se com a Inglaterra aparecendo definitivamente ligados aos interesses colonialistas e imperialistas e perdendo um aliado histórico: os militares argentinos.

O episódio significou além disso um golpe de morte a uma OEA "com" os EUA e "sem" Cuba. De fato esse organismo vem navegando à deriva desde então diante da indecisão dos governos da região de levar até as últimas consequências a nova situação.

A crise das ditaduras latino-americanas que emerge desde meados a fim dos anos 70 constitui o mais importante pano de fundo para a mudança da correlação de forças no continente. Soluções de força em favor dos interesses norte-americanos tornam-se cada vez mais difíceis, com a maioria dos países atolados em dívidas e miséria, como fruto da política de alinhamento anterior.

Proposta oportuna

Por tudo isto, a luta pelo restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba proposta pelo PT (e que seguramente contará com o apoio de integrantes de outros partidos de oposição) torna-se cada vez mais oportuna. Adquire também um significado todo especial, no momento em que um brasileiro acaba de ser eleito como Secretário-Geral da OEA. Além de poder vir a ser uma afirmação de independência dos países latino-americanos, representaria ainda relações comerciais mutuamente importantes.

Os EUA, principalmente a partir do governo de Reagan vem recrudescendo sua política de agressão. Invadiram Granada sem consultar ninguém e tentaram transformar o fato em sentimento anti-cubano, porém sem êxito. Reiteradamente fazem ameaças de bloqueio naval contra Cuba sob o argumento de impedir que os cubanos continuem ajudando os revolucionários nicaraguenses e salvadorenses.

É principalmente a isso que Fidel Castro responde em seu longo discurso de comemoração do aniversário da revolução, em janeiro último. O Ato solene teve lugar em Santiago de Cuba, exatamente no mesmo lugar em que 25 anos antes os revolucionários cubanos comemoravam pela primeira vez a vitória da luta contra a ditadura de Batista.

25 anos depois, Fidel inicia sua fala reproduzindo o discurso que fizera naquela ocasião, quando ainda não era comunista, mas apenas um revolucionário e comenta: "Foi um discurso improvisado, ao calor das emoções e no meio do torvelinho dos acontecimentos daquele dia. A linguagem mudou. Hoje as metas,

os objetivos, os problemas são outros, que naquela ocasião nos pareciam distantes."

"Não se falava então de Partido Marxista Leninista, de socialismo ou de internacionalismo, nem sequer se mencionava o capitalismo por seu nome; inclusive muito poucos haviam compreendido naquele instante, seu verdadeiro significado." (...)

"Naquela mesma noite, prossegue ele, eu expressava uma idéia essencial da seguinte forma: 'Vocês sabem que somos homens de palavra que cumprimos o que prometemos, e neste momento queremos prometer menos do que o que vamos cumprir, para fazer mais pelo povo de Cuba.'"

Em seguida, Fidel passa a fazer o relato de tudo o que foi conseguido durante os 25 anos de revolução e as dificuldades enfrentadas principalmente diante das tentativas de agressão constantes por parte do imperialismo. Mas em relação ao que foi prometido, realmente o saldo é largamente superado.

Problemas resolvidos

Não se trata aqui de fazer a apologia da Revolução Cubana como se ela não tivesse defeitos. É evidente que tem, sendo que muitos deles a própria direção de Cuba reconhece. Outros ela sequer se dá conta por imposição da dura realidade mundial sobre a qual nasceu e se desenvolveu.

Mas trata-se de reconhecer, diante da monstruosa realidade de opressão e miséria da imensa maioria da população latino-americana a superioridade do sistema social que vigora na ilha.

Um país em que não há desemprego, em que a escolaridade mínima é o 6º grau, onde todos se alimentam, onde todos tem acesso à saúde e aos esportes, onde as mulheres têm os mesmos direitos e salários iguais para trabalhos iguais, além de creches para as crianças, onde se pode tranquilamente andar pelas ruas sem o mínimo risco de ser assaltado, é um país que resolveu os problemas mais elementares que afligem a maioria da nossa população e dos demais povos do hemisfério. Este simples fato já basta para justificar um direito também elementar da nossa população: o de conhecer a experiência do povo cubano, fazer intercâmbios culturais e comerciais e exigir o reatamento das relações diplomáticas.

O governo brasileiro não tem sequer argumentos para manter sua posição, na medida em que tem relações diplomáticas com outros países comunistas como a União Soviética e a China. Porque essa vergonhosa exceção? Para continuar "fiel" ao nosso "amigo" do norte que hoje nos cobra através do FMI uma monstruosa dívida, resultado do financiamento do nosso magnífico crescimento econômico que nos deixou famintos e desempregados?

Tanto Cuba como o Brasil só teriam com o que lucrar com o restabelecimento das relações. Além do mais, tratam-se de povos em tudo e por tudo semelhantes racialmente: uma bela mistura de brancos, negros e mulatos, só que os de lá mais saudáveis.

25 anos da revolução cubana.

Com a palavra, Fidel Castro

Reproduzimos aqui, partes do seu discurso pronunciado em 1.º de janeiro, na comemoração do aniversário da tomada do poder.



Hoje todo o mundo aceita, inclusive nossos inimigos, que nossa saúde pública e nossa educação constituem um impressionante êxito jamais alcançado por algum outro país do chamado Terceiro Mundo e até mesmo por vários dos países industrializados. Mas nossos inimigos questionam os êxitos de nosso desenvolvimento econômico. O certo é que nossa economia, apesar do brutal bloqueio econômico imposto pelos EUA, cresceu aproximadamente a um ritmo médio anual de 4,7 por cento desde o triunfo da revolução, taxa de crescimento que é uma das mais altas da América Latina em todo esse período.

Nem Cuba pode exportar a Revolução, nem os EUA podem impedi-la. No futuro, os EUA poderão bloquear e interferir em toda América Latina? Pensará Reagan que o Brasil é do tamanho de Granada?

Há apenas 12 anos empregávamos 350 mil ceifadores nas safras e hoje empregamos menos de 100 mil. Essa é uma prova contundente do aumento da produtividade do trabalho em nosso país, com uma diferença fundamental dos países capitalistas: isso não criou nenhum desemprego. O aumento da produtividade do trabalho ocorreu também em outros ramos da agricultura, na indústria, na construção e o transporte ao mesmo tempo em que aumentavam nos diversos ramos de produção e serviços a quantidade e a qualidade de empregos. Que outro país da América Latina pode dizer o mesmo?

Se não tivéssemos conseguido essa façanha, como poderíamos sustentar um sistema educacional que custa mais de 1 bilhão e meio de pesos por ano e um sistema de saúde cujo custo atinge os 500 milhões superando dezenas de vezes o que se gastava no capitalismo para esses fins? Como poderíamos ter-nos convertido num país sem desemprego, com um sistema de seguro social avançado que beneficia sem exceção todos os trabalhadores? Como poderíamos ser um dos países mais bem alimentados da América Latina com quase 3 mil calorias e 80 gramas de proteínas per capita por dia? Como poderíamos ocupar um lugar destacado no esporte, na cultura e na investigação científica? Como poderíamos ser um país sem menores desamparados, sem mendigos, sem prostituição, nem drogas? (Aplausos) Muitas dessas atividades constituem um triste meio de vida de inumeráveis pessoas, não apenas nos países subdesenvolvidos mas também em quase todos os países industrializados. Sem isso, como poderíamos receber e

preparar tecnicamente a mais de 20 mil jovens procedentes da Ásia, África e América Latina e prestar nossa colaboração a mais de 30 países do Terceiro Mundo? (Aplausos);

Isto é possível, desde logo, não só porque nossa economia cresceu, como também porque nosso intercâmbio com os países socialistas, que hoje ocupa 80 por cento do comércio de Cuba, não sofre a crescente desigualdade e a arbitrariedade nos preços que padece o Terceiro Mundo em suas relações com os países capitalistas desenvolvidos; é possível porque nossa riqueza está melhor distribuída; porque os frutos de nossa economia não vão parar nas mãos dos monopólios, nem nos bolsos dos governantes; porque não há fuga de capitais e porque contamos com um povo trabalhador entusiasta, generoso e solidário, cujos filhos são capazes de qualquer tarefa e qualquer missão, tanto dentro como fora do país (Aplausos). Quer dizer, porque contamos com um tesouro incalculável, desconhecido nas sociedades capitalistas: um novo homem com novos valores e novos conceitos de vida, para o qual não existe tarefa difícil ou impossível (Aplausos). (...)

Em primeiro de janeiro de 1959 não tínhamos nenhuma experiência, só tínhamos idéias, boas e nobres idéias, sem dúvida, mas só idéias. A obra realizada nestes anos foi levada adiante por homens muito modestos, saídos do meio do povo. Era quase sempre um humilde trabalhador que passava subitamente a realizar a tarefa do administrador ou do antigo dono que não queria cooperar ou fugira do país. Apesar disso, partindo praticamente de zero, conseguimos avançar extraordinariamente.

A obra realizada nesses últimos 25 anos foi levada adiante por homens muito modestos, saídos do meio do povo. Partimos praticamente de zero. O que não seremos capazes de fazer no futuro?

Hoje, depois de 25 anos, contamos com centenas de milhares de técnicos e dezenas de milhares de quadros preparados pela Revolução. Hoje existe um partido de vanguarda experimentado, com quase meio milhão de militantes; a União de Jovens Comunistas, com mais de meio milhão de entusiastas e combativos membros e poderosas e aguerridas organizações de massa com as quais em 1959 poderíamos apenas sonhar. (Aplausos). A proclamação de nossa Constituição Socialista e a criação dos Poderes Populares significaram um passo extraordinário na descentralização do Estado, na participação mais direta das massas na

administração do país, uma formidável escola de governo e um enorme impulso às atividades provinciais e municipais.

Dispomos pois de uma inteligência e uma força coletivas gigantescas e de sólidas instituições políticas, sociais e estatais. O que não seremos capazes de fazer nos próximos anos? (Aplausos) Sem dúvida, nossas perspectivas futuras são brilhantes, mas para isto falta paz. E a paz está ameaçada no mundo e está ameaçada em nossa região.

A partir da política aventureira, irresponsável e guerreirista da atual administração dos EUA, as tensões cresceram em todo mundo. (...) Foi necessário um Vietnã com suas milhões de vítimas vietnamitas e dezenas de milhares de mortos norte-americanos, para que os imperialistas recebessem uma lição sobre os limites de suas possibilidades e suas forças. Reagan quer fazer o povo americano esquecer essa lição, e prepara o espírito para riscos que podem ir desde novos Vietnãs até o holocausto nuclear.

Os EUA hoje podem dar-se ao luxo de invadir Granada, bloquear economicamente e ameaçar duas nações pequenas como Cuba e Nicarágua, e mostrar as garras e os dentes em El Salvador e América Central, mas o sistema de dominação imperialista na América Latina está em crise. As ditaduras de direita no Chile, Uruguai, Argentina e outros países, último recurso do imperialismo e do capitalismo fracassaram estrepitosamente, levando essas nações à ruína e ao colapso econômico.

Nossas perspectivas são brilhantes, mas para isso falta a paz. Reagan quer fazer o povo americano esquecer a lição do Vietnã e prepara riscos que podem ir desde novos Vietnãs até o holocausto nuclear.

Do milagre brasileiro não resta senão 1 bilhão de dólares de dívida externa e as constantes notícias de calamidades sociais: desemprego, fome, inflação, queda vertiginosa do nível de vida, mortalidade infantil, enfermidades e saques de mercados pelo povo. A chamada democracia representativa burguesa também está em crise, afogada pela ineficiência, a corrupção, a impotência social, as dívidas impagáveis e a ruína econômica. Crescem o desemprego, a insegurança e a fome como uma praga. Caíram as ilusões reformistas e os desprestigiados e onerosos remédios dos investimentos transacionais. As mudanças estruturais e sociais são inevitáveis. Cedo ou tarde eles se darão e serão mais profundos quanto mais profunda e insalvável seja a crise, que

não é simplesmente conjuntural. Nem Cuba pode exportar a Revolução, nem os EUA podem impedi-la (Aplausos). No futuro, por acaso os EUA poderão bloquear e intervir em toda a América Latina? Pensará Reagan que o Brasil é do tamanho de Granada? De uma forma ou de outra, os EUA terão que resignar-se a coexistir neste hemisfério com sistemas sociais e econômicos diferentes e com países independentes. (Aplausos) (...)

Os imperialistas se equivocam se creem que podem obter concessões de Cuba ou colocá-la de joelhos com ameaças e agressões. Isto não é válido só para a geração que fez a guerra de libertação e a Revolução; é e será um princípio firme e incontestável das novas gerações, que ainda de todos os augúrios, ilusões e presságios dos imperialistas, crescem e se educam num espírito cada vez mais intransigente e revolucionário. (Aplausos).

Nossa pátria não se negará nunca a trabalhar pela paz, a discutir e resolver as diferenças mediante negociações, sem renunciar jamais um átomo de sua moral, sua dignidade, sua soberania e seus princípios. Nossa pátria não negará tampouco sua cooperação a fórmulas que contribuam a superar as tensões em nossa área e no mundo. Consideramos um dever ineludível de todos os povos e seus estadistas lutar pelo futuro e sobrevivência de toda a humanidade, nunca antes tão mortalmente ameaçada. Nós mesmos necessitamos paz. A paz significa para nosso povo um brilhante e seguro futuro. Mas a paz não se conquista com claudicações nem concessões à agressividade imperialista. As concessões ao agressor só estimulam seus mórbidos desígnios e abrem caminho ao jugo, a opressão e a rendição.

Nos orgulhamos de ter construído um país sem fome, sem desemprego, sem analfabetismo sem prostituição e com um sistema de saúde que se situa entre os melhores do mundo. Que outro país da América Latina pode dizer o mesmo?

Se depois de sua triste façanha em Granada o imperialismo crê que os cubanos são mais fracos é porque estão cegos pela estupidez. Cubanos, nicaraguenses, salvadorenses multiplicaram seu patriotismo, seu espírito de luta, sua consciência revolucionária; multiplicaram seus desprezo e seu ódio a todos os métodos sangrentos e à política do império. O temor dos revolucionários aos riscos e sacrifícios que implicam as ameaças imperialistas nunca existiu. E agora menos ainda".

EXCLUSIVO

Lilian Celiberti e Universindo Diaz

A solidariedade do povo brasileiro à luta pela democracia no Uruguai

Sequestrados em 1978 em Porto Alegre, numa operação conjunta das Forças Armadas uruguaia e brasileira, Universindo e Lilian ficaram presos cinco anos nos cárceres uruguaios. Agora, pela primeira vez de volta ao Brasil depois de libertados, eles, em entrevista exclusiva, agradecem o trabalho de solidariedade do povo brasileiro e falam da luta hoje no Uruguai.

Por José Carlos de Oliveira

Lilian Celiberti e Universindo Dias estiveram no Brasil durante os dias 26 a 31 de março, pela primeira vez desde que em novembro de 1978 foram sequestrados e levados para o Uruguai, numa operação conjunta dos serviços de repressão brasileiros e uruguaios. Libertados em novembro passado, depois de cinco anos de prisão nas duas condições dos cárceres uruguaios, eles conseguiram autorização para vir até Porto Alegre a convite do Movimento de Justiça e Direitos Humanos que comemora nesta data seus cinco anos de existência.

Nestes seis dias, eles foram recebidos na Assembléia Legislativa, receberam homenagem em sessão solene na Câmara de Vereadores, na Ordem dos Advogados, Sindicato dos Jornalistas e participaram de ato organizado pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos na Assembléia. Aqui publicamos uma entrevista exclusiva concebida ao EM TEMPO por Lilian e Universindo.

- Vocês foram sequestrados aqui em Porto Alegre há cinco anos. O que levou os militares a planejarem o sequestro?

Lilian - Em 1978 a situação do Uruguai era diferente de agora e a repressão a qualquer tentativa de resistência à ditadura era muito dura. Já em 1976 o Partido pela Vitória do Povo tinha sido violentamente reprimido em Montevidéu e Buenos Aires, onde se encontrava um importante número de militantes, muitos deles desaparecidos até agora, entre eles o então secretário-geral do PVP, Geraldo Gatti e o dirigente operário Leon Duarte. Outros companheiros foram sequestrados em Buenos Aires e apareceram mais tarde nas cadeias uruguaias. A própria situação da Argentina naquele momento impediu que a denúncia sobre esses casos fosse mais ampla mas agora todas essas situações estão sendo denunciadas pelas organizações dos direitos humanos argentinas. Inclusive, há pouco tempo, foi publicada em alguns semanários uruguaios a denúncia que o sr. Rodrigues Larreta fez sobre sequestros e deportações ilegais na Argentina.

O nosso caso não foi o primeiro em que os militares uruguaios atravessam as fronteiras para perseguir opositores. Apesar de duramente atingido pelos golpes repressivos de 76, o PVP, decide continuar ativo na luta de resistência à ditadura, e era em apoio à luta pela democracia e por uma anistia ampla, geral e irrestrita que nos encontrávamos naquele momento aqui em Porto Alegre.

- Qual o objetivo desta volta ao Brasil?

Universindo - Em primeiro lugar, queríamos expressar nosso reconhecimento às forças democráticas brasileiras a cuja luta devemos a possibilidade de estar hoje aqui, e não termos sofrido a sorte de tantos outros que ainda hoje estão desaparecidos. Foi graças a essa atitude firme e consequente da imprensa brasileira, dos organismos de direitos humanos e outros setores, que se conseguiu desmascarar todo o aparelho de repressão conjunta,



Lilian Celiberti e Universindo Diaz com o deputado Antenor Ferrari

Delegação barrada na fronteira

Por Mauro Cuckiercorn

Prossegue com atividades importantes o trabalho de solidariedade à luta do povo uruguaio. No último dia 22, saiu de Porto Alegre em direção à Montevidéu uma delegação composta por representantes da CUT e da Conclat, parlamentares, representantes de partidos políticos, da UNE e das UEEs de São Paulo e Rio Grande do Sul, do movimento comunitário e de entidades de direitos humanos. Nas mãos, abaixo-assinados em favor da campanha pela anistia ampla geral e irrestrita que se desenvolve no Uruguai e um manifesto conjunto da CUT, do Conclat e da CNT uruguaia em favor do reconhecimento da Plenária Intersindical dos Trabalhadores, hoje na ilegalidade.

A delegação, no entanto, foi barrada na fronteira pela ditadura uruguaia. Além de ter as suas bagagens revistadas, de prestar depoimentos, a delegação ficou detida por

mais de 11 horas. A interdição e os interrogatórios curiosamente foram comandados pelo coronel Medina, o mesmo que participou do sequestro de Lilian Celiberti e Universindo Dias.

De volta a Porto Alegre, a delegação redigiu uma nota de protesto contra a afrontosa interdição. A nota que manifesta "a certeza de que, por vontade do povo uruguaio e com o apoio de outros países da América Latina e de todo o mundo, a Anistia virá e se começará a reconstrução da democracia no Uruguai" foi entregue, em sessão pública, ao consul uruguaio.

Agora, é continuar o trabalho de solidariedade. Em breve, será lançada amplamente à nível internacional a campanha pela anistia no Uruguai. Aqui no Brasil, esta campanha terá já o seu início neste mês ou no início de maio.

uma parte desta verdadeira Internacional do Terror que atua no Cone sul, amparada na doutrina da segurança nacional. Pessoas e entidades que entenderam que nessa investigação, nessa denúncia também se estava lutando contra o autoritarismo e pela democracia aqui no Brasil. Só nos últimos meses, depois que fomos libertados, é que temos tomado consciência da importância e da amplitude que teve a campanha durante todos estes anos. Toda esta solidariedade significa um respaldo, um apoio muito importante para nós e para a luta pelos direitos humanos no Uruguai. É um apoio a luta de todo o povo uruguaio pela liberdade e a democracia.

- Informou-se no Brasil que vocês apresentaram uma denúncia contra os militares envolvidos no sequestro, na Justiça civil do Uruguai. Em que consiste esta denúncia?

Universindo - Efetivamente em fevereiro apresentamos ao juiz da 5ª Vara Criminal de Montevidéu uma denúncia na qual relatamos todos os pormenores do sequestro. Contamos com a assessoria dos advogados Hugo Batalla e Mario Jaso e naquela oportunidade com o grande apoio que significou a presença do

Deputado Antenor Ferrari e de Jair Kriskke, presidente do Mov. de Justiça e Direitos Humanos.

Na denúncia manifestamos saber quem são os oficiais do Exército uruguaio responsável pela nossa prisão, do trabalho ilegal ao Uruguai e das torturas que sofremos, e que estamos dispostos a identificá-los.

Na sexta-feira, antes de viajar, fui chamado pelo juiz para ampliar nossas declarações e, durante quatro horas, acrescentei nomes e mais detalhes concretos. Além da fundamentação, junto à denúncia foi entregue ao juiz a sentença da justiça brasileira condenando os policiais, os livros de Omar Ferri e Paulo Brossard e também o de J. Victor que tem os depoimentos do soldado Hugo Garcia Rivas, assim como a resolução da Comissão de Direitos Humanos da ONU, e outros documentos que provam responsabilidades no sequestro.

É a primeira vez que se consegue acusar publicamente dentro do país os responsáveis pela repressão, diante da justiça, e isso acreditamos ser um passo importante na luta contra a ditadura.

- Que papel tem esta denúncia no atual

momento da luta contra a ditadura uruguaia?

Universindo - Pensamos que a luta pela democracia no Uruguai passa por uma luta a fundo contra o militarismo, contra a doutrina da segurança nacional, contra a forma de continuismo disfarçado. Como já foi colocado com clareza pelo PIT (Plenário Intersindical de Trabalhadores) na sua mensagem de fim de ano, a investigação sobre as violações de direitos humanos e o desmantelamento dos aparelhos repressivos são dois pontos fundamentais da plataforma democrática básica pela qual o povo uruguaio está lutando. Nenhuma democracia real pode se sustentar sobre a impunidade do terrorismo de estado, sobre o ocultamento e o esquecimento dos crimes cometidos pela repressão. Como afirma o Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai, a tortura sistemática como método de governo, os desaparecimentos, o tratamento cruel e desumano contra presos, são crimes contra a humanidade.

Hoje que a luta contra a ditadura uruguaia avança, que a mobilização popular marca o caminho de sua derrubada, que se conseguiu uma amplíssima unidade das forças opositoristas (cujos pontos culminante foi o ato de 400 mil pessoas em 27 de novembro), pensamos que é muito importante que se denunciem dentro do país os sequestros, os desaparecimentos, a situação dos presos e dos reféns, e as pessoas e aparelhos responsáveis por tudo isso.

- Qual é a situação dos direitos humanos no Uruguai hoje?

Lilian - Existem mais de 800 presos políticos vivendo nas duríssimas condições dos cárceres uruguaios. Muitos deles já fazem 12 anos que se encontram nesta situação. Particularmente terrível é a situação dos nove reféns que há 11 anos estão vivendo em condições subhumanas, isolados em quartéis do interior do país, mal alimentados e submetidos a constantes rodízio de prisão. Os movimentos de familiares de presos resolveram agora fazer do mês abril um mês de campanha por eles, exigindo o fim da condição de reféns. Além disso existem 133 uruguaios desaparecidos, 20 dles no Uruguai e o resto na Argentina e no Paraguai. Várias crianças se encontram também nesta situação.

Como se sabe os militares estão hoje promovendo um processo de "institucionalização". Porém a repressão continua. O Plenário Intersindical de Trabalhadores foi posto na ilegalidade em janeiro, logo após a greve geral do dia 18 daquele mês. A repressão aos sindicatos continua e há pouco tempo foi presa e processada com pena de 3 a 18 anos a dirigente sindical da Federação da Saúde, Gloria Castro, acusada de pertencer ao PVP.

Porto tudo isto é que o clamor nacional pela anistia, por uma anistia geral e irrestrita, cresce dentro do País. Essa é hoje uma das condições básicas e prévias para qualquer perspectiva de saída democrática para o Uruguai.